

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

HERMELINDO SOUZA JUNIOR

FILOSOFIA E POLÍTICA
DO DESPERTAR PARA A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS JOVENS DO ENSINO
MÉDIO EM SÃO JOÃO DA LAGOA

MONTES CLAROS

2020

HERMELINDO SOUZA JUNIOR

FILOSOFIA E POLÍTICA
DO DESPERTAR PARA A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS JOVENS DO ENSINO
MÉDIO EM SÃO JOÃO DA LAGOA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Paraná/Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Alvimar de Souza.

MONTES CLAROS
2020

TERMO DE APROVAÇÃO

HERMELINDO SOUZA JUNIOR

FILOSOFIA E POLÍTICA

DO DESPERTAR PARA A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS JOVENS DO ENSINO
MÉDIO EM SÃO JOÃO DA LAGOA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO - da Universidade Federal do Paraná (UFPR)/ Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Antônio Avilmar de Souza – Departamento de Filosofia, Unimontes.

Examinador: Prof. Dr. Antônio Wagner Veloso Rocha – Departamento de Filosofia, Unimontes.

Examinador: Profa. Dra. Fábila Magali Santos Vieira – Departamento de Filosofia, Unimontes.

Montes Claros, de de 2020

Prof. Dr. Alex Fabiano Correia Jardim
Coordenador PROF-FILO/UNIMONTES

Ao meu filho Benício, que desde o seu nascimento tem sido a inspiração para as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo que tem proporcionado em minha vida, pela iluminação em tempos que parecem ser difíceis e pela tranquilidade e sabedoria para enfrentar as dificuldades que surgem.

À minha família pelo apoio e motivação ao longo dessa caminhada perseverante na busca pelo conhecimento, em especial, à minha esposa Sônia pelo companheirismo e compreensão.

Ao meu orientador Dr. Antônio Alvimar, que sempre colaborou e se mostrou disposto em todas as vezes que solicitado, meu muito obrigado!

Aos amigos e companheiros de luta da Escola Estadual Cristino Alves de Jesus, que deram sua contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, sou muito grato a vocês. Ao diretor José Paulo que sempre apoiou o desenvolvimento do projeto e que em nenhum momento se dispôs às atividades realizadas. Meu muito obrigado pelos conselhos dados, que em muito somaram na realização do Projeto Jovem Vereador.

E não poderia deixar de agradecer aos meus queridos alunos que se envolveram neste projeto e deram o seu melhor, tenho certeza que farão a diferença no meio em que vivem.

Aos professores do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), que se dedicaram a nos proporcionar encontros incríveis e a compartilhar conhecimentos e experiências que levaremos para toda vida. Aos professores José dos Santos e Fábila Magali, que participaram da minha qualificação e sugeriram apontamentos importantes para a conclusão desta dissertação.

Aos colegas do PROF-FILO (turma 2018-2020), pela amizade, solidariedade, alegria e leveza que tomou conta do ambiente durante nossas aulas.

Enfim, agradeço a todos que de maneira direta ou indireta colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa.

“A felicidade é a compreensão lógica do mundo e da vida”.
(Baruch de Espinosa)

RESUMO

A filosofia e a política sempre caminharam juntas, desde o seu surgimento com os gregos. No presente trabalho pretende-se compreender as condições do desenvolvimento da política pelos gregos, a sua sistematização e demonstrar porque entendem que não é possível pensar o homem fora de uma dimensão social e política. Para isso, foi fundamental a inspiração proporcionada por Aristóteles (2009) no seu livro *A política*, no qual o filósofo afirma que o homem é por natural um animal social. Com efeito, torna-se necessário mostrar em que condições essa sociabilidade é desenvolvida e o regime que possibilita ao homem se realizar politicamente, que, segundo as diretrizes apontadas por Aristóteles, é a democracia. Na modernidade, apresentamos as concepções de democracia dos filósofos Baruch de Espinosa e Norberto Bobbio. A partir do referencial teórico proporcionado pelos filósofos gregos antigos e pelos filósofos modernos, tentamos entender a necessidade do exercício da cidadania por parte de todos, principalmente dos jovens. Nessa centelha apresentamos o Projeto Jovem Vereador, que foi a prática da cidadania de fato, exercida pelos jovens do Ensino Médio de São João Da Lagoa. Esse projeto possibilitou aos jovens estudantes experienciarem a política *in loco* ao participarem das reuniões na câmara municipal.

Palavras-chave: Política. Democracia. Aristóteles. Bobbio. Projeto Jovem Vereador.

ABSTRACT

Philosophy and politics have always walked together since their appearance with the Greeks. The present work intends to understand the conditions for the development of politics by the Greeks, their systematization and demonstrate why they understand that it is not possible to think of man outside a social and political dimension. For this, the inspiration provided by Aristotle (2009) in his book *The Politics* was fundamental, in which the philosopher affirms that man is naturally a social animal. Indeed, it becomes necessary to show the conditions under which this sociability is developed and the regime that enables man to fulfill himself politically according to the guidelines pointed out by Aristotle is democracy. In modern times I present the conceptions of democracy by the philosophers Baruch de Espinosa and Norberto Bobbio. From the theoretical framework provided by ancient Greek philosophers and modern philosophers, we try to understand the need for citizens to exercise citizenship, especially young people. In this spark I present the Young Councilman Project that will be the practice of citizenship in fact, exercised by the high school youth of São João da Lagoa. This project made it possible for young students to experience politics on the spot by attending meetings in the city hall.

Key-words: Politics. Democracy. Aristotle. Bobbio. Young Councilman Project.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1	
DA NECESSIDADE DE SE PENSAR O HOMEM COMO ANIMAL SOCIAL NO REGIME DEMOCRÁTICO.....	12
1.1 – Metodologia.....	12
1.2 - O homem como animal social no ideal democrático grego.....	15
1.3 - O ideal democrático moderno e contemporâneo.....	28
CAPÍTULO 2	
DA CONSCIENTIZAÇÃO DOS JOVENS DO ENSINO MÉDIO À EXECUÇÃO DO PROJETO JOVEM VEREADOR.....	40
2.1 – A conscientização dos jovens do Ensino Médio.....	40
2.2 - Cidadania e conscientização política.....	43
2.3 - Projeto Jovem Vereador.....	49
2.3.1 - Da conscientização e desenvolvimento do Projeto Jovem Vereador.....	52
2.3.2 - Da execução do Projeto Jovem Vereador.....	54
2.3.3 - Análise das entrevistas.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
BIBLIOGRAFIA.....	63
APÊNDICE.....	66
ANEXOS.....	69

INTRODUÇÃO

É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não por qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a censura cruel de ser um ser sem família, sem leis, sem lar. Porque ele é ávido de combates, e, como as aves de rapina, incapaz de se submeter a qualquer obediência. (...) O homem só, entre todos os animais, tem o dom da palavra; a voz é o sinal da dor e do prazer, e é por isso que ela também foi concedida aos outros animais. Estes chegam a experimentar sensações de dor e de prazer, e a se fazer compreender uns aos outros. A palavra, porém, tem por fim fazer compreender o que é útil ou prejudicial, e, em consequência, o que é justo e injusto. O que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem do mal, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado (ARISTÓTELES, 2009, p. 16).

Segundo Aristóteles (2009), o homem é, por natureza, um animal político. A partir dessa definição enfática de Aristóteles, é possível tentar compreender a importância que o filósofo dava à questão política. A política é o fator primordial que vai diferenciar o homem dos demais animais, o homem não sobrevive isolado, necessita de viver em comunidade, de se relacionar com os demais. É a política que o permite estabelecer esses laços de comunidade. Tal concepção vai de encontro ao ideal político dos gregos. Ao criarem a *pólis*, os gregos instituíram uma estrutura de organização social onde as pessoas estabeleceriam regras a partir do pressuposto consensual, de tal modo que o direito à sobrevivência do cidadão não prejudicasse os demais. Nesse intento, o bem coletivo deve estar acima do bem individual.

Os gregos se orgulhavam de pertencer à *pólis* e da forma como era desenvolvido o espírito comunitário. Essa forma de se pensar a política, de se organizar na *pólis*, foi possível porque os gregos inventaram uma nova forma de se fazer política através da prática democrática. A invenção da democracia pelos gregos foi um dos maiores legados deixados para a humanidade. A partir dessa definição de Aristóteles, de que o homem um animal social e político decorrente de sua própria natureza, pretende-se demonstrar no primeiro capítulo as possibilidades

que são desencadeadas a partir de tal definição e de como numa democracia esse pensamento se manifesta de maneira mais latente, uma vez que, no regime democrático, a participação política é fundamental.

Ainda nessa direção é mister mostrar como os gregos se relacionavam com a democracia e como a educação teve um papel fundamental na propagação desses ideais. Como ela era voltada para o estado, o cidadão deveria conhecer as leis e respeitá-las. No âmbito dessa discussão é importante refletir sobre o que mudou na forma como os gregos antigos se relacionavam com a política e pensavam a *pólis* em comparação com a política pensada na modernidade. Passamos a nos fazer os seguintes questionamentos: a democracia pensada pelos modernos, e que sobrevive até os tempos atuais, ainda preserva os principais ideais gregos? O que não resistiu com o tempo e mudou da democracia antiga para a democracia moderna? Essa discussão na modernidade teve, no presente trabalho, como estofos as concepções do filósofo holandês Baruch de Espinosa e do italiano Norberto Bobbio.

No segundo capítulo foi tratada a necessidade de conscientização política dos jovens do Ensino Médio em São João da Lagoa. A ideia de conscientização política parte da proposição aristotélica de que o homem é, por natureza, um animal social e por isso é impensável na concepção de Aristóteles (2009) uma pessoa não se interessar por política. A partir de uma experiência de vários anos como regente de aulas de filosofia e com o contato permanente com os jovens do Ensino Médio, foi detectado um enorme desinteresse e desmotivação dos mesmos em relação à política. Esta era vista pelos estudantes por uma ótica negativa, uma constante reprodução da ideia de que política é um espaço de corrupção, de busca por interesses individuais. Mas, quando aprofundada a discussão acerca da política como o regime democrático, fica claro que o desinteresse na maioria das vezes se dá muito pelo desconhecimento e pela dificuldade de reconhecer a política como elemento fundamental e presente na vida de todos.

São inúmeros os segmentos da sociedade que estão permeados pela política, dentre eles a família e a escola. A retomada à concepção aristotélica do homem como animal político é um sustentáculo imprescindível para entendermos o quanto é importante que o jovem participe das questões políticas da sociedade, já que a cidade é um solo comum a todos e por isso todos têm responsabilidade por

ela. O homem é antes de tudo um ser político, haja vista que a todo momento precisa dialogar com os demais indivíduos para que possa alcançar os objetivos almejados. Desta forma, não se pode pensar em uma sociedade onde o indivíduo se realize isoladamente, é necessário na maioria das vezes, ou quase sempre, a união de diversos cidadãos em grupos organizados, a fim de negociar ou discutir com mais força.

A partir desse entendimento de que havia a necessidade de se trabalhar a conscientização política e a cidadania com os jovens, foi proposto como trabalho de intervenção o Projeto Jovem Vereador. Nesse projeto houve um primeiro momento de conscientização política propriamente dita, onde foram debatidos diversos textos clássicos de filosofia voltados para a temática da política, e da importância de se participar das questões políticas da sociedade. O segundo momento diz respeito à atuação dos jovens vereadores na escola e na cidade de São João da Lagoa, quando foram propostas ideias de projetos para a melhoria do ambiente escolar e para a cidade. A tarefa a ser cumprida com esta pesquisa, que parte de uma base teórica e culmina numa prática de exercício filosófico, é elucidar a necessidade de se ter consciência política e exercer a cidadania a partir do pensamento de Aristóteles. Além de observar que o regime político que favorece esse posicionamento é a democracia.

CAPÍTULO 1

DA NECESSIDADE DE SE PENSAR O HOMEM COMO ANIMAL SOCIAL NO REGIME DEMOCRÁTICO

1.1 – Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida dentro do Programa de Mestrado Profissional (PROF-FILO) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), através do núcleo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), turma 2018-2020.

No processo de investigação proposto foi utilizada a abordagem qualitativa, uma vez que a pesquisa se norteou através dos jovens do Ensino Médio da Escola Estadual Cristino Alves De Jesus, localizada na cidade de São João da Lagoa/MG. A pesquisa qualitativa fez-se necessária, pois não levamos em consideração a representatividade numérica, mas sim o aprofundamento da compreensão de um grupo social. Esta pesquisa teve por objetivo mostrar a importância de os jovens buscarem compreender a necessidade do desenvolvimento de uma consciência cidadã crítica e da responsabilidade de participar da vida política de sua cidade. Para isso recorreremos aos gregos como fonte bibliográfica inspiratória, principalmente Aristóteles (2009), para entender como ele chegou à definição do homem como “animal social”. Concentramos nossos esforços numa abordagem qualitativa, uma vez que foi levado em consideração um universo de concepções, emoções, aspectos sociais e valores. A pesquisa qualitativa possui as seguintes características, segundo Tatiana Gerhardt e Denise Silveira (2009),

objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Os dados obtidos na pesquisa qualitativa não são padronizados, o que permite ao pesquisador ser flexível e usar da criatividade em sua coleta e análise, salientado que o sucesso da pesquisa envolveu aspectos da sensibilidade e capacidade intuitiva do pesquisador. A coleta de dados se efetivou sem instrumentos formais estruturados e em nenhum momento houve a pretensão de controlar o contexto da pesquisa, mas sim captar o contexto em sua totalidade, enfatizando a subjetividade como meio de compreender e interpretar as experiências ali observadas.

Do ponto de vista da natureza da pesquisa, esta foi básica, cujo escopo almejado visava a geração de novos conhecimentos com o fito de contribuir para o avanço das ciências humanas, sem a aplicação prática prevista. De modo particular, segundo Triviños (1987), este tipo de investigação exige objetivos de pesquisa descritiva, por se tratar da exigência do pesquisador de uma série de critérios e informações que serão pertinentes à pesquisa. Gil (2002) entende que:

entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade (GIL, 2002, p. 42).

Para tal intento, foi utilizado como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica e a pesquisa-ação. Como parte da pesquisa bibliográfica foram consultados livros que tratavam da temática envolvendo conceitos pertinentes ao campo da política, assim como: artigos científicos, dissertações e teses. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45).

No decorrer dessa investigação foi muito relevante para o sucesso da pesquisa a utilização do procedimento técnico da pesquisa-ação.

Um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representantes da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1985, p. 14).

Segundo Thiollent (1985), a pesquisa-ação é voltada para a problemática do agir e supõe a participação dos interessados na própria pesquisa, organizada em volta de uma determinada ação planejada para mudanças dentro das circunstâncias que são objetos de investigação. Na concepção de Francischett (1999),

a pesquisa-ação na educação, procura através da integração de grupos diagnosticar e resolver as necessidades específicas da realidade vivida na sala de aula, escola e ou comunidade na qual se insere, provoca mudanças e possibilita ao professor teorizar o conhecimento a partir de sua ação na prática pedagógica (FRANCISCHETT, 1999, p. 172).

Como instrumento que viabilizou a aplicação da pesquisa-ação foi empregada como técnica de coleta de dados a entrevista. Como preconizam Lakatos e Marconi:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 195).

Recorrer a esse procedimento foi um mecanismo necessário por se tratar de uma via de busca de informações que tem por base os dados que foram fornecidos pelos próprios alunos do Ensino Médio. Esse tipo de informação teve grande relevância para que se pudesse traçar um perfil, mesmo que modesto, dos jovens em São João da Lagoa e poder compreender os fatores históricos e sociais que os levaram a desenvolver o desinteresse pela política e o porquê não veem perspectiva de mudança nesse setor específico de nossa sociedade. A entrevista é tida como um instrumento de coleta de dados muito eficaz quando feita de maneira adequada e pode ser considerada superior a outros procedimentos na obtenção de

informações. Dentre os objetivos que se esperou alcançar com a entrevista dos jovens estudantes podemos destacar:

1. Tentar compreender se, através do conhecimento teórico que tiveram acesso durante as aulas de filosofia e com a consulta a diversos clássicos da filosofia política, foi possível estabelecer um breve diagnóstico sobre o que desencadeou neles o desinteresse pela política;

2. Descobrir o nível de conhecimento sobre política que eles tinham antes de participar do Projeto Jovem Vereador;

3. Refletir sobre o que mudou na concepção dos jovens do Ensino Médio ao participarem do Projeto Jovem Vereador;

4. Aferir se a experiência de conscientização e cidadania proporcionada pelo Projeto Jovem Vereador serve como indicativo de que o projeto deu certo e deve continuar.

A entrevista realizada foi estruturada, de acordo com Lakatos e Marconi:

é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 197).

Ademais, como critério utilizado para a seleção dos entrevistados buscou-se aqueles que possuem 18 anos de idade e que participaram de todas as etapas do projeto. Foram entrevistados nove jovens. A entrevista teve um total de 13 perguntas e está anexada ao final desta dissertação.

1.2 - O homem como animal social no ideal democrático grego

Quando se reporta à temática da política é inevitável não pensar nos gregos, pois, foram os primeiros a tratar de forma sistemática questões relacionadas ao âmbito da política e a chamar a atenção para a necessidade da participação política. O homem, segundo Aristóteles (2009), nasceu para viver em sociedade e se constitui através da prática e essa constituição é possível nos limites da política.

É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não por qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a censura cruel de ser um ser sem família, sem leis, sem lar. Porque ele é ávido de combates, e, como as aves de rapina, incapaz de se submeter a qualquer obediência. (...) O homem só, entre todos os animais, tem o dom da palavra; a voz é o sinal da dor e do prazer, e é por isso que ela também foi concedida aos outros animais. Estes chegam a experimentar sensações de dor e de prazer, e a se faz compreender uns aos outros. A palavra, porém, tem por fim fazer compreender o que é útil ou prejudicial, e, em consequência, o que é justo e injusto. O que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem do mal, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado (ARISTÓTELES, 2009, p.16).

Conforme Aristóteles, na hierarquia de importância na ordem natural, o estado se coloca antes da família e de cada indivíduo em si, assim como o todo sempre deve prevalecer em relação à parte. Entende como sociedade política uma espécie de comunidade, “o solo comum a todos, a unidade de lugar formando a unidade da cidade, e a cidade pertencendo em comum a todos os cidadãos” (ARISTÓTELES, 2009, p. 39). Nessa perspectiva não se pode pensar o cidadão desvinculado da política; Aristóteles distingue o homem do animal pela sua qualidade de cidadão, o fato da obrigatoriedade de participar da vida política de sua cidade faz do homem um animal social. Outro fator determinante a favor do homem é que, dentre os demais animais, ele é o único que fala, esse dom o torna diferente, essa sua capacidade de falar, argumentar, protestar, convencer, é que faz dele um ser sociável.

Já Platão, no seu diálogo sobre a justiça, no livro *A República*, também entende que o estado deva prevalecer em relação ao indivíduo.

“E um estado é maior que um homem”? “É maior”. “Então, talvez haja mais justiça na coisa maior e nessa seja fácil descobrir o que é (a justiça). Desse modo, se tiver teu assentimento, descubramos primeiramente que tipo de coisa é a justiça numa cidade ou estado, depois do que a procuraremos no indivíduo, observando as formas quais o menor é análogo ao maior”. “Isso me parece satisfatório”. “Se pudéssemos observar a geração e a formação de estado em teoria, não veríamos também a geração de sua justiça, bem como de sua injustiça?” “Provavelmente”. “E uma vez levado isso a cabo, haverá esperança para nós de descobrir o que buscamos mais facilmente?” “Certamente”. (...) “Penso que um estado passa a existir porque

nenhum de nós é autossuficiente, todos precisando de muitas coisas. Pensas que a criação e a formação do estado estejam fundadas em qualquer outro princípio?” “Não”. “E porque as pessoas precisam de muitas coisas e porque uma pessoa recorre a uma segunda devido a uma necessidade, muitas pessoas se reúnem num único lugar para viver juntas com parceiros e colaboradores. E a esse estabelecimento denomina-se cidade ou Estado, não é assim?” “É”. “E se partilham coisas entre si, dando e recebendo, o fazem porque cada uma acredita que isso é melhor para si mesmo?” “Certamente”. “Bem, então criemos um estado em teoria a partir de seus primórdios, cientes de que o seu efetivo criador como parece, será nossas necessidades”. “Obviamente” (PLATÃO, 2014, p. 91-92).

Platão pode ser considerado um conservador que não era muito afeito às transformações políticas.

Declaramos, portanto, que um Estado que pretende durar e ser o mais feliz que for humanamente possível terá necessariamente que dispensar corretamente honras e desonras, sendo o modo correto o seguinte: deverá ser estabelecido que os bens da alma recebam as mais elevadas honras e venham em primeiro lugar desde que a alma seja detentora de temperança; em segundo lugar viriam as coisas boas e belas do corpo; em terceiro lugar os chamados bens substanciais e propriedades. E se qualquer legislador ou Estado transgredir essas regras, seja uma posição superior a uma das classes de bens inferiores, será responsável por infringir tanto o sagrado quanto o político (PLATÃO, 2010, p. 164).

Em sua proposta de teoria política, Platão não reconhecia como forma de governo ideal o modelo democrático, com efeito, foi um crítico contundente da democracia desenvolvida em Atenas. No entanto, como bom cidadão que era e respeitador das leis da cidade, não se indispôs com o modelo de política adotado pelos atenienses. No entanto, reconhecia que a educação tinha um papel fundamental para a formação cidadã e aquisição da virtude, desta forma, ele enfatiza:

Entendo assim por educação a primeira aquisição que a criança fez da virtude. Quando o prazer, o amor, a dor e o ódio nascem com justiça nas almas antes do despertar da razão, e uma vez a razão desperta, os sentimentos se harmonizam com ela no reconhecimento de que foram bem treinados pelas práticas adequadas correspondentes, e essa harmonização, vista como um todo, constitui a virtude; mas a parte dela que é corretamente treinada quanto aos prazeres e os sofrimentos, de modo a odiar o que deve ser odiado desde o início até o fim, e amar o que deve ser amado,

esta é aquela que a razão isolará para denomina-la educação, e que a meu ver, denomina-la corretamente (PLATÃO, 2010, p. 103).

Assim como seu discípulo Aristóteles, Platão entende que a educação possui um papel indispensável na formação do cidadão.

A educação a que nos referimos é o treinamento desde a infância na virtude, o que torna o indivíduo entusiasticamente desejoso de se converter num cidadão perfeito, o qual possui a compreensão tanto de governar como o de ser governado com justiça (...). Aqueles que são corretamente educados se tornam via de regra, bons, e que caso em algum a educação deve ser depreciada, pois ela é o primeiro dos maiores bens que são proporcionados aos melhores homens; e se ela alguma vez desviar do caminho certo, mas puder ser reencaminhada novamente, todo homem, enquanto viver deverá empenhar-se com todas as suas forças a essa tarefa (PLATÃO, 2010, p. 92).

A criação da *pólis* pelos gregos representa não somente a criação de um espaço físico destinado à política, que em linguagem moderna compreendemos como cidade. Mas, implica a criação de uma estrutura de organização social em que se deve prevalecer a vontade comum. Por isso a concepção grega de política está vinculada à concepção de ética, ou seja, uma esfera de realização do bem comum, um espaço de sobrevivência do cidadão sem prejudicar os demais. Assim como Platão, Aristóteles (2009) entende que a unidade da cidade é o maior de todos os bens e que a vida em comunidade evita uma série de males. No entanto, critica a forma de governo proposta por Platão, pois ele sugere que todos estão submetidos a esse governo com as mesmas condições, sem levar em consideração as individualidades. Essa crítica se torna mais ferrenha em relação ao livro *As leis* de Platão. Segundo Aristóteles, o modelo de governo indicado por Platão não se caracteriza nem como democracia nem como oligarquia, mas, um governo misto, formado por cidadãos armados (ARISTÓTELES, 2009).

Além dessa concepção ética, no período áureo da cultura da *pólis* predominava a ideia de estado como educador,

O Estado foi o educador dos cidadãos, pois considerou os concursos ginásticos e musicais, celebrados em honra aos deuses, uma espécie de autorrepresentação ideal, e os colocou a seu serviço, são estas as mais altas representações da formação física espiritual daqueles tempos (JAEGER, 2013, p. 141).

A educação para Aristóteles tinha um papel fundamental: o de formar o cidadão. A educação está intimamente ligada à sua formação política, de tal maneira que o problema da educação é tratado pelo filósofo como sendo de natureza política.

Aristóteles confere à educação um papel central na formação do cidadão. Ela é pública e igual para todos os homens livres. Como a cidadania pressupõe o tempo livre, a distinção entre o tempo dedicado à satisfação das necessidades na oikos – askholia – e o tempo livre, dedicado às coisas da polis – skholé –, é fundamental (CENCI, 2007, p. 82).

Era na competição que se formava o verdadeiro espírito comunitário. Assim se compreende facilmente o orgulho que os cidadãos gregos tinham em serem membros da sua *pólis*. Para a identificação total de um grego exigia-se não só o seu nome e o de seu pai, mas também o de sua cidade natal. Pertencer a uma cidade tinha para os gregos um valor ideal análogo ao do sentimento nacional para os modernos, só que em proporções de sentimentos muito maiores.

Como suma da comunidade cidadina, a *pólis* oferece muito. Em contrapartida, pode exigir o máximo. Impõe-se aos indivíduos de modo vigoroso e implacável e neles imprime o seu caráter. É fonte de todas as normas de vida válidas para os indivíduos. O valor do homem e da sua conduta mede-se exclusivamente pelo bem ou mal que acarretam à cidade. Esse é o paradoxal resultado da luta incrivelmente apaixonada pela obtenção do direito e da igualdade dos indivíduos (JAEGER, 2013, p. 141).

Num estado democrático, para ser cidadão é necessário obediência a alguns pré-requisitos, por exemplo, quem governa também tem que saber ser governado. Este princípio basilar é um dos pilares da democracia construída pelos gregos, que se efetiva na possibilidade de os cidadãos poderem ocupar as duas posições, tanto de serem governantes como de serem governados. Tal concepção trazia consigo algumas consequências, como: o fato dos cargos públicos terem uma limitação de tempo e de terem uma possibilidade de rotatividade.

Outra questão importante era que ao cidadão grego não era permitido uma dependência econômica, ou seja, não poderia usar do cargo público que ora ocupava como forma de adquirir bens ou manter o seu sustento. Esses precedentes eram justificados pelo fato de que para ocupar a função pública fazia-se necessário

conhecimento e independência financeira. Outra ideia importante defendida pelos gregos diz respeito à condição para o exercício da cidadania, essa era uma habilidade que deveria ser desenvolvida coletivamente, por isso, a *pólis* era condição fundamental para o cidadão.

Na abordagem de Aristóteles a *pólis* assume um sentido genuinamente educativo, sendo apresentada como o espaço, por excelência, onde a realização plena do ser do homem pode concretizar-se, e a cidadania pressupõe, ao menos, duas condições fundamentais e estritamente interligadas: possuir tempo livre e fazer parte da *pólis* (CENCI, 2007, p. 80).

A formação do indivíduo estava condicionada ao seu vínculo com a *pólis*, à maneira de se comportar e de agir como cidadão. A *pólis* proporcionou aos gregos possibilidades de sobrevivência e de criatividade para enfrentar ameaças que pudessem colocar em perigo a coletividade, salientando sempre que o coletivo, a cidade, estava acima das questões pessoais ou familiares. Segundo Arendt (1989), ser livre para os gregos é “ser isento da desigualdade presente no ato de comandar e mover-se numa esfera onde não exista governo nem governados” (ARENDR, 1989, p. 42). Onde todos estejam alçados ao mesmo patamar de cidadania. Para a participação política na *pólis* era exigido como pré-requisito essencial ser cidadão.

Uma das formas de liberdade é governar e ser governado alternadamente. (...) A excelência de todo bom cidadão é a capacidade de comandar bem e obedecer bem. (...) somente pode comandar bem aquele que também demonstra a capacidade de obedecer bem (ARISTÓTELES *apud* MANIN, 1997, p. 28).

Quando se trata do conceito de cidadania no mundo grego, talvez nenhum outro filósofo tenha tratado de maneira tão minuciosa e peculiar essa temática quanto Aristóteles. Segundo este filósofo, a definição de cidadão é construída na circunscrição de princípios éticos, e que se concretiza na educação pelas virtudes, almejando o *telos*: felicidade. Entendido assim, ser cidadão é acima de tudo ser feliz, ser honrado por seguir e respeitar os princípios citadinos no qual se tornou partícipe e ajudou a construir. Essa teleologia vislumbrada por Aristóteles, e que culmina na felicidade, não pode ser pensada ou imaginada de forma alguma fora do universo da política. Sobre a importância de o homem viver em sociedade, Stirn (2006) ressalta que isso é fundamental.

Se a sociedade possui uma finalidade natural e ética, é por ser necessária para a realização daquilo que é próprio do homem: a razão, a linguagem (o logos). Pelo diálogo os seres humanos desenvolvem, na medida do possível, a parte intelectual da alma e se esforçam para marcar a distinção do justo, definir em comum um ideal e tentar coletivamente realizá-lo. Os homens são animais políticos, dotados de razão e de linguagem: estas três dimensões são uma coisa só (STIRN, 2006, p. 56).

Dito isso, é possível inferir que a proposta de cidadania pensada por Aristóteles só se torna possível de ser exercida dentro de um regime democrático, por conter dentre as suas diretrizes máximas a possibilidade de alternância de poder entre governados e governantes.

Somente é cidadão aquele que participa direta e plenamente no governo da coisa pública mediante a elaboração das leis, da garantia de sua aplicação e da administração da justiça, ou seja, só é cidadão quem possui o direito de participar da função deliberativa ou da judicial. Trata-se dos homens iguais e livres (CENCI, 2007, p. 82).

Ser cidadão para Aristóteles seria uma condição para a participação na *pólis*, por entender que a cidadania é uma habilidade que se desenvolve dentro do espaço da coletividade, a *ágora* é o espaço ideal na *pólis* para o exercício da cidadania. Com efeito, não há possibilidade para o pensamento voltado para a individualidade ou preferências pessoais, o espírito de coletividade deveria sobrepor a tudo e a todos. A igualdade entre os cidadãos se dá a partir da possibilidade de todos terem o mesmo direito de fala na assembleia. Liberdade e igualdade são postas por Aristóteles como sendo os dois princípios basilares para a construção e vivência de uma *pólis* democrática.

Para o cumprimento desta função educadora, tiveram um papel muito importante os sofistas¹, cuja função era a contribuição para a formação do espírito. Neste propósito, deram ampla contribuição ao ensinarem a *areté* política. Ela só foi possível graças à ação dos sofistas, que introduziram na massa popular conhecimentos que eram restritos a uma estirpe aristocrática. “Foi das necessidades mais profundas da vida do estado que nasceu a ideia de educação, a qual

¹ Os sofistas eram professores itinerantes, que pertenciam em geral à periferia do mundo grego e que contribuíram de maneira muito significativa para o pensamento e o exercício político dos gregos.

reconheceu no saber a nova e poderosa força espiritual daquele tempo para a formação dos homens e a pôs a serviço dessa tarefa” (JAEGER, 2013, p. 337).

Protágoras, um dos mais brilhantes sofistas, considerava que somente a educação política tem amplitude verdadeiramente universal, uma vez que aquilo que é aprendido tem uma aplicação que não se restringe a um determinado ambiente. Considera também que a educação não termina com a saída da escola:

em certo sentido poderia-se dizer que é precisamente nessa época que começa. A concepção de estado dominante no seu tempo revela-se uma vez mais nas teorias de Protágoras, quando considera as leis do estado como a força educadora da *areté* política. A educação cívica começa propriamente quando o jovem ao sair da escola, entra na vida do estado e se vê forçado a conhecer as leis e a viver de acordo com seu modelo e exemplo (JAEGER, 2013, p. 361).

Uma das questões que vai representar um marco da sofística é a compreensão e a necessidade de se formar um cidadão em uma sociedade que começava a engatinhar e a experimentar o doce sabor da democracia. O ensino da *areté* (virtude) era de suma importância no regime democrático que tinha surgido na Grécia e que se fortalecia entre os helenos². Com os sofistas têm-se também a fundamentação de uma nova axiologia, já que não são mais os valores universais que devem ser seguidos e ensinados. Os intitulados mestres do saber (sofistas) passaram a difundir a ideia de que os valores são relativos e que, portanto, os homens podem criar os seus próprios. Para os sofistas, os valores são oriundos de convenções humanas. Sendo assim, podem mudar de cidade para cidade ou de uma cultura para outra. Se posicionam à revelia dos valores universais, como lembra Lara:

“o homem é medida de tudo” significava: que não eram os deuses que davam, agora, as cartas, que as instituições não eram eternas; que as leis não continham sanções divinas, que os céus estavam vazios; que ao homem cabia pensar e determinar os moldes da própria convivência (LARA, 1989, p. 85).

Esse ideal de educação voltado para o estado, na verdade, é uma educação voltada para a justiça, ao passo que, ao sair da escola o jovem tem que

² A Grécia antiga era chamada de Héliade. Por isso em algumas narrativas os gregos são chamados de helenos.

aprender as leis da sua cidade, com o escopo de evitar o infringimento das mesmas. A lei para os gregos tinha uma função educativa pelo fato de punir aqueles que de alguma forma a infringem. A pena tem função pedagógica. Para os gregos o legislador era considerado um educador, pois, acreditavam que o homem se molda através das leis e de sua relação com a *pólis*.

O que realmente era novo e trouxe definitivamente consigo a urbanização progressiva e geral do homem foi a exigência de todos os indivíduos participarem efetivamente no estado e na vida pública e adquirirem consciência de seus deveres cívicos, completamente diversas daqueles da esfera da sua profissão privada. Essa aptidão “geral”, política, pertencia até então unicamente aos nobres. Estes exerciam o poder desde tempos imemoriais e tinha uma escola superior e ainda indispensável. O novo estado não pode esquecer esta areté, se compreendia os próprios interesses (JAEGER, 2013, p. 145).

Além disso, os sofistas representam também um grande movimento de transformação no modo de se pensar a formação do homem, já que dentre as características do seu fazer pedagógico percebia-se uma preocupação voltada para o desenvolvimento dos jovens, sua capacidade de expressão em público e a formação de um espírito crítico voltado para o debate na *pólis*. Essas características eram indispensáveis para poder participar da experiência democrática vislumbrada pelos gregos, em que a linguagem expressa o discurso e o discurso era concebido como fator essencial naquele espaço.

A arma do cidadão na *ágora* era a sua eloquência, por isso o apreço e encantamento que os sofistas vão provocar nos cidadãos gregos. Por sua vez, os sofistas estavam aptos a atender às demandas dessa nova sociedade que renascia, uma vez que seus conhecimentos não se restringiam apenas ao campo linguístico da retórica e da dialética. Ensinavam também conteúdos relacionados à gramática, astronomia, aritmética, geometria, música. Conseguiram atender aos anseios de tudo que se relacionava ao homem e a sua existência. Essa formação, digamos “completa”, do homem se justifica na medida em que os sofistas entendiam que o cidadão, para exercer seus direitos na *pólis*, deveriam ter uma formação que abarcasse todas essas áreas do conhecimento. Essa retomada antropológica dos sofistas contribuiu para a construção de uma nova roupagem acerca do conceito de homem pelos gregos.

A sua descoberta do homem não é a do seu eu subjetivo, mas a consciência gradual das leis gerais que determina a essência humana. O princípio espiritual dos gregos não é o individualismo, mas o “humanismo”, para usar a palavra no seu sentido clássico e originário. Humanismo vem de *humanitas*. Pelo menos desde o tempo de Varrão e de Cícero, essa palavra teve, ao lado da acepção vulgar e primitiva de humanitário, que não nos interessa aqui, um segundo sentido mais nobre e rigoroso. Significou a educação do homem de acordo com a verdadeira forma humana, com seu autêntico ser. Tal é a genuína Paidéia grega, considerada modelo por um homem de estado romano. Não brota do individual, mas da ideia. Acima do homem como ser gregário ou como suposto eu autônomo, ergue-se o homem como ideia. A ela aspiram os educadores gregos, bem como os poetas, artistas e filósofos. Ora, o homem, considerado na sua ideia, significa a imagem do homem genérico na sua validade universal e normativa. Como vimos, a essência da educação consiste na modelagem dos indivíduos pela norma da comunidade. Os gregos foram adquirindo gradualmente consciência clara do significado desse processo mediante aquela imagem do homem, e chegaram por fim, através de um esforço continuado, a uma fundamentação, mais segura e mais profunda que a de nenhum povo da terra, do problema da educação (JAEGER, 2013, p. 12-13).

Com os sofistas há um deslocamento do pensamento filosófico, que antes, no período os pré-socrático, girava em torno da cosmologia. Com os sofistas os problemas filosóficos passam a ser de ordem antropológica, voltados para o homem. Diante de tal reviravolta na centralidade do pensamento, os sofistas passam a dedicar as suas questões ao homem e para o seu relacionamento com a *pólis*. Por não terem cidadania fixa,

devido à sua vida constantemente andarilha. Que na Grécia tenha sido possível esse modelo de vida tão independente é o mais evidente sintoma do aparecimento de um tipo de educação completamente novo, individualista na sua raiz mais íntima, por mais que se falasse de educação para a comunidade e das virtudes dos melhores cidadãos. Os sofistas são, com efeito, as individualidades mais representativas de uma época que na sua totalidade tende para o individualismo. Os seus contemporâneos tinham razão, quando os consideravam os autênticos representantes do espírito do tempo (JAEGER, 2013, p. 347).

Dessas características de andarilho, professores itinerantes, os sofistas também carregavam consigo uma sensibilidade muito grande em relação ao conhecimento, pois, pelas cidades onde passavam sempre procuravam conhecer de

maneira minuciosa as suas características, os tipos de governo, as leis por eles adotadas, assuntos pertinentes à religião do povo e a educação. Por onde percorriam tinham por fito transmitir seus ideais de educação atrelados à prática política. Com muito afinco deram uma contribuição gigantesca à educação grega com a fundação da *paidéia*. A educação passa a ser uma preocupação dos sofistas e que não se restringe mais à infância e ao espaço físico da escola, ou à academia. A educação é difundida aos cidadãos gregos, num processo de grande expansão.

Para alguns pensadores como Jaeger (2018), por exemplo, os sofistas têm uma importância histórica tal qual Platão e Sócrates. “Do ponto de vista histórico a sofística é um fenômeno tão importante como Sócrates e Platão. Além disso, não é possível concebê-los sem ela” (JAEGER, 2018, p. 341).

Na mesma linhagem de pensamento em defesa dos sofistas, pode-se citar Dalle Nogare: “É grande mérito deles ter chamado com insistência a atenção dos sábios para os problemas humanos. São problemas políticos, morais, jurídicos, estéticos, linguísticos, etc., isto é, humanos que interessam aos sofistas” (NOGARE, 1994, p. 32).

Com os sofistas, em especial, Protágoras, percebe-se uma nova proposta de ensino, o homem virtuoso homérico, aquele que privilegiava a formação dos guerreiros para o *front* da batalha; o homem forte e corajoso cede lugar a uma proposta pedagógica que enaltece a formação do cidadão para atuar na *pólis*. Ademais, nesta proposta educativa os sofistas possibilitam o acesso ao conhecimento por uma população que se encontrava marginalizada, algo que antes era restrito a uma estirpe aristocrática. Essa democratização da educação impetrada pelos sofistas tende a elucidar que a *areté* política não depende do fato de se ter sangue nobre, mas que todos os cidadãos podem ter acesso a ela.

Os sofistas, mestres de cultura, interessados em todas as dimensões do saber, mas dedicados ao preparo dos cidadãos para a vida política, que na democracia ateniense se exercia nos debates na *ágora*, são os iniciadores da arte de uma educação pública, direcionada para a atividade política. Por isso uma das grandes conquistas desse período, a tornar possíveis a racionalidade e o exercício livre da palavra na política e na solução dos conflitos, é o diálogo, travado por argumentos, convincentes ou persuasivos, no sentido de, na *ágora* ou no tribunal, vencer uma questão. Como a política não estava necessariamente determinada por exigências de verdade, mas de conveniência, desenvolveu-se na sofística a arte da

retórica, antes que a ciência da Lógica (SALGADO, 2014, p. 423-424).

Enquanto Platão (2010) critica essa concepção relativista dos valores e a noção de que o homem tem a possibilidade de criá-los:

Eu estava na iminência de dizer que um indivíduo humano algum jamais produz leis, mas que são os acasos e acidentes de todos os tipos, os quais ocorrem de todas as maneiras, que as produzem para nós - seja uma guerra que violentamente derruba os governos e altera as leis, seja na penúria causada pela pobreza aviltante. As doenças, também, com frequência, provocam inovações quando irrompem epidemias e as estações de clima rigoroso se prolongam por muito tempo. Antevendo tudo isso, poder-se-ia julgar apropriado dizer - como eu disse há pouco - que nenhum ser humano mortal produz qualquer lei, os assuntos humanos sendo quase todos produtos do puro acaso. (...) Que há um deus que controla tudo que é, e que o acaso e a ocasião cooperam com esse deus no controle de todos os assuntos humanos (PLATÃO, 2010, p. 179).

Apesar de pertencerem à periferia do mundo gregos e serem desprovidos de bens materiais, alguns vão considerar os sofistas como homens de poder, como afirma Sandrini: “são homens de poder, que sabem como persuadir juízes, comover uma assembléia, executar bem uma embaixada, dar suas leis a uma cidade nova para formar a democracia, em suma, fazer obra política” (SANDRINI, 2011, p. 79).

Essa relação dos gregos com a política foi em muito favorecida pela invenção da democracia, regime esse que tem como pressuposto a participação efetiva de todos nas decisões políticas. Para que se compreenda com maior clareza e distinção como ocorria essa participação, convém mencionar o ideal de democracia dos gregos e o legado deixado por eles, que sobreviveu na modernidade.

Um dos responsáveis pelo surgimento da democracia no mundo grego foi o estadista Sólon.³ Foi um governante que se destacou por ser justo com as

³ Sólon (gr. Σόλων) viveu no fim do século -VII e na primeira metade do século -VI a.c, possivelmente entre -640 e -558. Aristocrata, poeta e estadista ateniense, é mais conhecido como legislador e como poeta lírico. Consta que descendia de Codro, um dos antigos e lendários reis de Atenas, era aparentado ao futuro tirano Psístrato e que foi um dos sete sábios da Grécia. Informações sobre sua vida provêm, no entanto, de suas próprias poesias e de duas outras fontes pouco satisfatórias, Plutarco e Diógenes Laércio. Parece ter tido um papel político relevante nas disputas entre Atenas e Mégara pela ilha de Salamina, na primeira guerra sagrada entre Delfos e Cirra, e nas disputas internas entre os alcmeônidas e os partidários de Cílon. Consta que sempre agiu com firmeza, moderação, sabedoria e integridade; era conciliador por natureza. Eleito arconte em -594/-593, fez importantes reformas e é, por isso, considerado um dos mais importantes legisladores da democracia

diferentes classes sociais e promover a conciliação entre os cidadãos e escravos. O regime democrático iniciado por Sólon representou a possibilidade de se resolver, através do entendimento mútuo, as desavenças e diferenças que sempre existem em uma sociedade, contando para isso com leis justas que fossem aplicadas a todos e respeitadas por todos. Entre seus inúmeros ensinamentos, pregava a responsabilidade do homem na participação política e no próprio destino. O seu legado político inspirou vários governantes posteriores.

Conhecedor do legado democrático deixado pelo grande estadista grego Sólon, o estagirita Aristóteles (2009) vai definir a democracia como:

O princípio fundamental do governo democrático é a liberdade; a liberdade, diz-se, é o objeto de toda democracia. Ora, um dos característicos essenciais da liberdade é que os cidadãos obedeçam e mandem alternativamente; porque o direito ou justiça, em um estado popular consiste em observar a igualdade em relação ao numero, não a que se regula pelo mérito. Segundo essa ideia o justo, é preciso forçosamente que a soberania resida na massa do povo, e que aquilo que ele tenha decretado seja definitivamente firmado como o direito ou o justo por excelência, pois que se pretende que todos os cidadãos têm direitos iguais. Disso resulta que nas democracias, os pobres têm mais autoridade que os ricos, pois que são em maioria, e os seus decretos têm força de lei. Eis aí, pois, um sinal característico da liberdade: tal é a definição que todos os partidários do estado popular dão da constituição (ARISTÓTELES, 2009, p. 210).

Numa democracia deve haver a alternância de governo, nenhuma magistratura pode ser perpétua. Por isso, Aristóteles considera que todos os cidadãos⁴ estão aptos e têm o direito de assumir o governo da cidade. As classes como artesãos, agricultores e camponeses não são consideradas cidadãos, apesar da cidade depender deles para existir, já que representam a subsistência da cidade.

ateniense. Instituiu a solidariedade entre as classes sociais e o tratamento justo para cada cidadão; especialmente famosa é a disposição legal que aboliu a escravidão por dívidas. Fez longas viagens após a promulgação de suas leis e consta que, pouco antes de morrer, tentou se opor à tirania de Psístrato. O famoso encontro que manteve com o rei Creso da Lídia, relatado por Heródoto (Hdt. 1.29-32), é inteiramente fictício. Além de ser um dos fundadores da democracia ateniense, Sólon foi também o primeiro poeta da Ática (RIBEIRO JÚNIOR, 1999).

⁴ “O cidadão não é cidadão pelo fato de ter se estabelecido em algum lugar - pois os estrangeiros e os escravos também são estabelecidos. Nem é cidadão por se poder, juridicamente, levar ou ser levado ante os mesmos tribunais. (...) Em uma palavra, cidadão é aquele que pode ser juiz e magistrado. Não existe definição melhor” (ARISTÓTELES, 2009, p. 80). Compreendia-se como cidadãos aqueles que podiam participar efetivamente da vida pública. Mulheres e escravos não eram considerados cidadãos, já que não podiam dedicar-se ao tempo necessário que as questões políticas exigiam.

1.3 - O ideal democrático moderno e contemporâneo

Na modernidade um dos filósofos que faz uma defesa contundente da democracia é Baruch de Espinosa.⁵ Em se tratando de política, Espinosa (2008) não hesita em dar a sua preferência à forma de governo que ele considera ser a mais justa: a democracia. Segundo ele, nesse regime prevalece a voz da maioria, estabelecida como lei, sem abafar ou impedir o direito à palavra das minorias. Como defensor da democracia do estado republicano, entende tal regime como uma necessidade de uma associação civil para a preservação e conservação do ser. O estado democrático dá direito à liberdade de expressão, assegurando assim a liberdade dos indivíduos, para que cada um possa perseguir seu ideal de felicidade. Diferente de Aristóteles, que apresenta um conceito de política com tendência aristocrata, Espinosa (2008) entende que todas as classes têm o direito à participação no poder, mesmo que através de uma democracia representativa.

Em democracia, com efeito, ninguém transfere o seu direito natural para outrem a ponto de nunca mais precisar de o consultar, transfere-o, sim, para a maioria de todo o social, de que ele próprio faz parte e, nessa medida, todos continuam iguais, tal como acontecia anteriormente no estado de natureza (ESPINOSA, 2008, p. 242).

Espinosa entende que o regime democrático possui uma anterioridade, ao menos lógica, em relação aos outros regimes, justamente por ser o que coloca todos em situação de igualdade, a ponto de terem a possibilidade de chegar ao poder. Mesmo quando transfere o direito natural⁶ para o outro no caso da representação, ele não perde esse direito quando for preciso fazer alguma consulta ou cobrança. Quando há a transferência de direito natural ela é feita à sociedade. Transferir seus

⁵ “Sob essa perspectiva, Espinosa pode demonstrar que a democracia é o mais forte dos regimes políticos e a tirania é o mais fraco deles, pois nela a proporção entre direito - poder dos dirigentes e o direito- poder dos governados. Eis porque, se estes últimos não podem lamentar a existência do tirano, pois o deixaram adquirir o poder, o tirano, por sua vez, não poderá lamentar se os tiranizados adquirirem poder para derrubá-lo” (CHAUI, 2011, p.165).

⁶ Por direito de natureza entendo as próprias leis ou regras da Natureza segundo as quais todas as coisas são feitas, isto é, a própria potência da Natureza, e por isso o direito natural de toda a Natureza e, conseqüentemente, de cada indivíduo, estende-se até onde se estende a sua potência. Conseqüentemente, aquilo que cada homem faz segundo as leis de sua natureza fá-lo segundo o supremo direito da Natureza e tem tanto direito sobre a natureza quanto o valor da sua potência. (ESPINOSA, 2009, II, §4).

direitos naturais para a sociedade não significa obedecer aos outros, mas sim às leis civis.

A condição para que uma sociedade possa ser constituída sem nenhuma contradição com o direito natural e para que um pacto possa ser firmemente observado é, pois, a seguinte: cada indivíduo deve transferir para a sociedade toda a sua própria potência, de forma que só aquela detenha, sobre tudo e todos, o supremo direito de natureza, isto é, a soberania suprema, a qual todos terão de obedecer, ou livremente ou por receio de uma pena capital. Direito de uma sociedade assim chama-se democracia, a qual, por isso mesmo, se define como a união de um conjunto de homens que detém colegialmente o pleno direito a tudo o que estiver em seu poder (ESPINOSA, 2008, p. 240).

Num estado democrático, coisas absurdas são mais improváveis de acontecer: primeiro, por ser quase impossível que a maior parte de um conjunto de homens reunidos, se for um conjunto suficientemente grande, concorde com um absurdo. Segundo, pelo próprio fundamento e finalidade da democracia, que não é senão o de evitar os absurdos do instinto e conter os homens, tanto quanto possível, dentro dos limites da razão, para que vivam em concórdia e paz. Num estado em que a lei suprema é o bem-estar de todo o povo e não daquele que manda quem obedece em tudo, à autoridade não deve considerar-se escravo e inútil a si mesmo, mas apenas súdito. Agir de acordo com uma ordem, ou ser obediente e súdito, não deve ser confundido com ser escravo, segundo Espinosa (2009).

Vemos, pois, que cada cidadão não está sob a jurisdição de si próprio, mas da cidade, da qual tem de executar todas as ordens, nem tem direito algum de decidir o que é justo e o que é injusto, o que é piedoso e o que é ímpio. Pelo contrário, uma vez que o corpo do estado deve ser conduzido como que por uma mente e por conseguinte, a vontade da cidade deve ter-se por vontade de todos, aquilo que a cidade decide ser justo e bom deve ser considerado como se fosse decretado por cada um. Além disso, mesmo que o súdito considere serem injustos os decretos da cidade, tem não obstante de executá-los (ESPINOSA, 2009, p. 27).

A partir do excerto acima, podemos entender que Espinosa tinha uma visão parecida com a de Aristóteles ao considerar que a cidade está acima dos interesses individuais. Sobre a criação do Estado, Espinosa chama de Estado o direito definido pela potência da multidão e que sua virtude é a segurança de seu povo.

Este direito que se definiu pela potência da multidão (costuma chamar-se estado. E detém-no absolutamente quem por consenso comum, tem a incumbência da república, ou seja, de estatuir, interpretar e abolir direitos, fortificar as urbes, decidir sobre a guerra e a paz, etc. E se esta incumbência pertencer a um conselho que é composto pela multidão comum, então o estado chama-se democracia. Mas se for composto só por alguns eleitos, chama-se aristocracia; e se finalmente, a incumbência da república e, por conseguinte, o estado estiver nas mãos de um só, então chama-se monarquia (ESPINOSA, 2009, p. 20).

Contemporâneo de Espinosa, Hobbes (2003) entende que o Estado foi instituído quando uma multidão de homens concorda e pactua a respeito de determinado assunto, e que através de uma pessoa ou assembleia seja atribuído o direito de representar uma pessoa ou um grupo. Todos, sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembleia de homens, com a finalidade de viverem em harmonia e em paz uns com outros e de terem como garantia a proteção do restante dos homens.

No pensamento contemporâneo, o filósofo Italiano Norberto Bobbio dedica uma especial atenção à democracia e aos rumos que este regime tomou na contemporaneidade, o que foi prometido com o ideal democrático⁷ grego que deu certo e o que não se cumpriu e se há alguma possibilidade desse regime político estar correndo algum tipo de risco.

Um dos primeiros aspectos trabalhados por Bobbio em sua obra intitulada *O futuro da democracia* (2018) diz respeito à constatação de que a democracia idealizada pelos gregos não possuía a complexidade da democracia de hoje. A forma dos gregos se organizarem politicamente através desse regime era bem mais simples do que hoje. Com os gregos tinha-se uma democracia direta, onde não havia intermediários entre os deliberantes e os deliberados, os gregos participavam diretamente das decisões da cidade.

No regime democrático contemporâneo há a necessidade de representantes, estes são eleitos através de eleições periódicas que ocorrem de tempos em tempos e terão como função representar um determinado grupo ou

⁷ “Pois bem, no jogo político democrático e por sistema democrático entende-se justamente um sistema cuja legitimidade depende do consenso verificado periodicamente através de eleições livres por sufrágio universal” (BOBBIO, 2018, p. 110).

número de pessoas. Tem-se então uma democracia representativa. Diferentemente da democracia antiga em que o cidadão tinha acesso direto às tomadas de decisões, exercia diretamente seu poder político, a democracia moderna, por sua vez, se caracteriza por ser uma democracia representativa, segundo a qual através de eleições periódicas o povo escolhe seus representantes, tanto do poder legislativo quanto do poder executivo.

Nessa modalidade de governo, o representante deve ser chamado a defender os interesses do povo, segundo o qual foi eleito para representar seus interesses. Uma vez eleito e oficialmente representante do indivíduo, o político não pode ser vinculado apenas ao seu eleitorado, já que eleito ele passa a representar os interesses de toda uma sociedade. Bobbio (2018) entende que a democracia representativa é por si mesma uma renúncia ao princípio da liberdade como autonomia.

A hipótese de que a futura computadorocracia, como tem sido chamada, permita o exercício da democracia direta, isto é, dê a cada cidadão a possibilidade de transmitir o próprio voto a um cérebro eletrônico, é uma hipótese absolutamente pueril. A julgar pelas leis promulgadas a cada ano na Itália, o bom cidadão deveria ser convocado a exprimir o próprio voto ao menos uma vez por dia. O excesso de participação, produto do fenômeno que Dahrendorf chamou depreciativamente de cidadão total, pode ter como efeito a saciedade de política e o aumento da apatia eleitoral. O preço que se deve pagar pelo empenho de poucos é frequentemente a indiferença de muitos. Nada ameaça mais matar a democracia que o excesso de democracia (BOBBIO, 2018, p. 48).

Dentro desta democracia representativa pode acontecer de se ter uma democracia orgânica, isso ocorre, por exemplo, quando surge um representante de determinada classe. Segundo Bobbio (2018), é difícil determinar onde termina a democracia direta e onde começa a democracia representativa, já que entre elas ocorre uma passagem através de um *continuum*. Ambos são sistemas de democracias que se complementam. Uma das características do sistema representativo se dá através do monopólio das decisões políticas nas mãos de representantes eleitos pelo povo. Além disso, um fator fundamental é que os políticos surgem em meio ao povo, portanto, quando estão no poder e suas ações são destoadas daquilo que é prioridade para o povo, seu mandato perde a qualidade

de representação. Por isso é fundamental a participação ativa dos cidadãos numa democracia representativa.

A democracia direta funciona a partir de dois institutos: a assembleia dos cidadãos e o *referendum*. O primeiro funciona em pequenas comunidades, assim como ocorria nas cidades-estados como Atenas, onde os cidadãos reuniam-se para deliberar. Mesmo onde existem essas assembleias, como em bairros ou pequenas comunidades rurais, é natural que com o tempo elas se transformem numa representação.

Já o *referendum*, que é de fato o único instrumento de aplicabilidade concreta da democracia direta, ocorre em casos excepcionais em que o governo faz consulta à população. Costuma acontecer em situações que possuem uma repercussão maior e despertam a necessidade de se consultar a população.

Segundo Bobbio, uma definição básica de democracia é o de “considerá-la caracterizada por um conjunto de regras primárias ou fundamentais que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 2018, p. 35). Por isso a importância de se respeitar a constituição num Estado democrático de direito.

O regime democrático é formado por indivíduos que representam uma vontade coletiva e suas tomadas de decisões devem seguir regras bem fundamentadas, que esclarecerão quem está autorizado a tomar decisões em nome de outros. Já que essas decisões possuem caráter vinculatório para todo o grupo e desde o surgimento com os gregos, a palavra democracia suscita debates, está na essência do conceito a obrigatoriedade de debater e que as soluções se deem a partir do consenso da maioria.

No regime democrático há a autorização de tomada de poder por um grande número de membros de um grupo. Por mais que o regime se caracterize por democrático, ele nunca o é por completo, pois nem sempre todas as pessoas de uma sociedade avalizam o direito de tomada de decisões de seus representantes. Por exemplo, no regime democrático brasileiro não votam as pessoas menores de 16 anos e nem aqueles acima de 70 anos, pois não possuem essa obrigação. No entanto, no que se refere às modalidades de tomadas de decisões, a democracia possui por regra fundamental o princípio segundo o qual deve prevalecer a voz da maioria, possuindo efeito vinculatório para todo o grupo.

É salutar e necessário em uma democracia que aqueles que são chamados (convocados) a decidir ou a eleger tenham alternativas reais e possibilidades para poderem escolher entre uma ou outra opção. Numa democracia os sujeitos que se encontram em situações de escolhas devem ter como garantia os ditos direitos de liberdade, como opinião, livre expressão, associação, dentre outros. Liberdade de opinião e de associação devem ser condições fundamentais para o bom funcionamento de um sistema democrático, o jogo democrático é alterado quando essas duas liberdades são cerceadas.

A garantia desses preceitos são mecanismos fundamentais que caracterizam a democracia. Partindo do pressuposto de que a sociedade é um produto artificial da vontade dos indivíduos, que se traduz como expoente de uma coletividade. O consentimento através do voto pode ser considerado uma prestação positiva das pessoas numa democracia.

No modelo de democracia grega havia o predomínio de uma sociedade centrípeta, centralizada no espaço da ágora, a democracia do século XXI, se caracteriza por ser a democracia centrífuga que não tem um centro de poder, mas que se encontra ramificado entre união, estados e municípios. Portanto, o que temos hoje é uma espécie de sociedade que talvez pudéssemos denominá-la Policrática (BOBBIO, 2018, p. 43).

A democracia surge com o propósito de eliminar qualquer tipo de poder invisível e com a perspectiva de dar vida a um governo cujas ações se dão publicamente. Numa democracia, uma ação que pode ser considerada justa é aquela que é tomada publicamente. Pois a ação injusta, quando praticada publicamente, suscita uma série de reações que torna impossível a prática da referida ação pelos governantes, a exemplo disso podemos citar os grandes movimentos que ocorreram ao longo da história que tiveram como estofa alguma ação considerada injusta ou imoral por seus praticantes.

A visibilidade do poder numa democracia não pode ser entendida apenas enquanto aspecto político, mas um aspecto moral. Exemplo disso ocorreu no estado de São Paulo nas manifestações de junho de 2013, onde os jovens foram às ruas motivados, a princípio, pelo aumento exorbitante das passagens de ônibus.⁸

⁸ Algo parecido aconteceu em 1880, como relata Carvalho: “em 1880, por causa do aumento de um vintém (20 réis) no preço de passagens do transporte urbano, 5 mil pessoas se reuniram em praça

Posteriormente, esse movimento se disseminou pelo restante do país, onde as pessoas começaram a protestar por diversos outros motivos, como a exigência de mais democracia e de mais investimentos públicos em saúde, transporte e educação. Nesse sentido, ocorreu no Brasil em 1904, no Estado do Rio de Janeiro um movimento de insatisfação popular conhecido como Revolta da Vacina.

A revolta da vacina foi um protesto popular gerado pelo acúmulo de insatisfações com o governo. A reforma urbana, a destruição de casas, a expulsão da população, as medidas sanitárias (que incluíam a proibição de mendigos e cães nas ruas, a proibição de cuspir na rua e nos veículos) e, finalmente, a obrigatoriedade da vacina levaram a população a levantar-se para dizer um basta. O levante teve incentivadores nos políticos de oposição e no centro das classes operárias. Mas nenhum líder exerceu qualquer controle sobre a ação popular. Ela teve espontaneidade e dinâmicas próprias (CARVALHO, 2018, p. 80).

Talvez se questione porque a democracia vislumbrada pelos gregos não se concretizou integralmente ou, como se refere Bobbio (2018), seja tida como promessas não cumpridas. Segundo o autor, essas promessas não se concretizaram, pois, “o projeto político democrático foi idealizado para uma sociedade muito menos complexa que a de hoje. As promessas não foram cumpridas por causa de obstáculos que não estavam previstos ou que surgiram em decorrência das ‘transformações’ da sociedade civil” (BOBBIO, 2018, p. 59).

Dessas transformações, Bobbio (2018) indica três possíveis obstáculos. O primeiro é que na medida em que as sociedades passaram de uma economia familiar para uma economia de mercado, protegida, regulada e planificada, aumentaram os problemas políticos que requerem competências de agentes técnicos. Com isso a exigência cada vez maior de técnicos e especialistas nos governos. Bobbio vê democracia e tecnocracia como antitéticas:

se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão comum. A democracia sustenta-se sobre a hipótese de que todos podem decidir a respeito de tudo. A tecnocracia, ao contrário, pretende que sejam convocados para

pública para protestar. Houve choques com a polícia, e o conflito generalizou-se. A multidão quebrou coches, arrancou trilhos, espancou cocheiros, esfaqueou mulas, levantou barricadas. Os distúrbios duraram três dias. Daí em diante, tornaram-se frequentes as revoltas contra a má qualidade dos serviços públicos mais fundamentais, como transporte, a iluminação, o abastecimento de água (CARVALHO, 2018, p. 78).

decidir apenas aqueles poucos que detém conhecimentos específicos (BOBBIO, 2018, p. 59-60).

Nos tempos modernos governar se tornou mais complexo que nos tempos de Sólon e Péricles. Podemos citar como exemplo o aspecto econômico, o principal pilar de um governo: uma vez que há exigência que se decida sobre aspectos que incidirão diretamente na economia, como bolsa de valores e taxas de câmbio, os governantes se deparam com assuntos que requerem decisões de especialistas nas áreas.

O segundo obstáculo seria o aumento do aparato:

não previsto e que sobreveio de uma maneira inesperada foi o crescimento do aparato burocrático, de um aparato de poder ordenado hierarquicamente do vértice à base, e, portanto, diametralmente oposto ao sistema de poder democrático. Admitindo-se como pressuposto que uma sociedade apresenta sempre diversos graus de poder e configurando-se um sistema político como uma pirâmide, na sociedade democrática o poder vai da base ao vértice e numa sociedade burocrática ao contrário, vai do vértice à base (BOBBIO, 2018, p. 60).

Os estados democráticos e estados burocráticos sempre estiveram intimamente ligados, pois quanto mais democráticos se tornaram, tornaram-se também mais burocráticos. A burocratização foi um efeito da democratização. Exemplo: quando o exercício do direito ao voto era limitado aos proprietários de terras, os latifundiários, a exigência que tinham do estado era apenas a proteção à propriedade privada. Quando o direito ao voto se estendeu às outras classes de pessoas, aumentaram-se as exigências, como direito à educação, assistência social, saúde, saneamento básico, etc.

O terceiro obstáculo enumerado por Bobbio (2018) diz respeito ao baixo rendimento:

o terceiro obstáculo está estreitamente ligado o tema do rendimento do sistema democrático como um todo: estamos aqui diante de um problema que nos últimos anos deu vida ao debate sobre a chamada “ingovernabilidade” da democracia. Do que se trata? Em síntese, do fato de que o estado liberal primeiro e o seu alargamento no estado democrático depois contribuíram para emancipar a sociedade civil do sistema político. Tal processo de emancipação fez com que a sociedade civil se tornasse cada vez mais uma inesgotável fonte de demandas dirigidas ao governo, ficando este, para bem desenvolver

sua função, obrigado a dar respostas sempre adequadas (BOBBIO, 2018, p. 62).

Essas solicitações de demandas ao poder político geram uma sobrecarga ao governo, acarretando a necessidade de se fazer opções, mesmo que às vezes seja inevitável optar por uma coisa e excluir outra. A inevitável possibilidade de se priorizar algo acaba por gerar a insatisfação daqueles que não foram atendidos. Tais questões são pertinentes em um sistema político que se caracteriza por demandas fáceis e soluções às vezes penosas.

Diante desses percalços apresentados poder-se-ia esperar um futuro tenebroso para a democracia. No entanto, o que se observa é que os regimes democráticos têm alcançado cada vez mais espaço. Mesmo com governos que deixam a desejar por serem maus administradores, o regime democrático não chega a correr o risco de desaparecer. Com isso Bobbio conclui que:

as promessas não cumpridas e os obstáculos não previstos de que me ocupei não foram suficientes para “transformar” os regimes democráticos em regimes autocráticos. A diferença substancial entre uns e outros permaneceu. O conteúdo mínimo do estado democrático não encolheu: garantia dos principais direitos de liberdade, existência de vários partidos em concorrência entre si, eleições periódicas com sufrágio universal, decisões coletivas ou concordadas (nas democracias consociativas ou no sistema neocorporativo) ou tomadas em base no princípio da maioria, e de qualquer modo sempre após um livre debate entre as partes ou entre os aliados de uma coalizão de governo. Existem democracias mais sólidas e menos sólidas, mais invulneráveis e mais vulneráveis; existem diversos graus de aproximação com o modelo ideal, mas mesmo a democracia mais distante do modelo ideal não pode ser de modo algum confundida com um estado autocrático e menos ainda com um totalitário (BOBBIO, 2018, p. 65).

Outro problema que assola e enfraquece a prática democrática contemporânea diz respeito à apatia política. É de notório saber que essa questão envolve cotidianamente grande parte daqueles que têm direito ao voto. É lamentável perceber que, em pleno século XXI, no mundo globalizado em que vivemos, exista espaço para o indiferentismo e a apatia política, sobretudo da juventude em relação ao universo da política. Nesses tempos em que o interesse e a participação política se faz mais do que necessário. A apatia política é uma séria ameaça aos regimes democráticos, como lembra Baquero: “atitudes de indiferença, apatia e

distanciamento da arena política, e na crença de que não há nada que se possa fazer para mudar o atual estado de coisas” (BAQUERO, 2001, p. 98). Algo precisa ser feito para que esse caos possa ser superado, pois, a democracia, para sobreviver, exige a participação de todos os segmentos de uma sociedade.

Diante deste cenário caótico, surge a seguinte questão: o que fazer para que, principalmente os jovens, se tornem cidadãos ativos, já que a democracia exige isso deles? Tentando servir como paliativo pode-se apresentar algumas possibilidades como a necessidade de uma educação para a cidadania, ou seja, voltarmos aos ideais gregos, onde a educação para a cidadania surgiu através de uma prática democrática, daí a importância do cultivo de uma *areté* política.

A educação depende da política, uma vez que aqueles que geram a educação numa dimensão maior são os políticos, e a política depende da educação na medida em que para exercer a política são necessários alguns conhecimentos fundamentais, adquiridos através da educação. “Em sua existência histórica nas condições atuais, educação e política devem ser entendidas como manifestações da prática social própria da sociedade de classes” (SAVIANI, 1999, p. 95).

Outra possibilidade é a necessidade de conscientizá-los para o fato de que o método democrático deva se tornar um costume, um *modus operandi*, e que a participação e o envolvimento do maior número de pessoas possível é imprescindível para que impere a democracia. Também não basta exercer a democracia de qualquer forma, é preciso estar consciente da responsabilidade que se tem dentro de regime democrático.

É lamentável a percepção que se tem desses tempos em que há uma diminuição considerável do voto consciente, pautado em opinião e em convicção em relação ao voto de permuta, principalmente em municípios pequenos há de se notar com maior veemência este fenômeno. Grande parte das pessoas não votam em determinado candidato pelo fato de ser um bom político e com possibilidades de contribuir para o desenvolvimento da cidade. Muitos negociam o voto em troca de favores pessoais, existem aí problemas de ordem gravíssima nas campanhas eleitorais, que percorrem caminhos nada democráticos. Esse tipo de acontecimento leva à degeneração da política e da democracia. É de uma irresponsabilidade muito grande exercer o direito democrático sem ter em vista as consequências que uma decisão ou voto pode acarretar para a cidade ou país. A corrupção no seio da

democracia é um tumor maligno que pode levar à ruína e morte da própria democracia ou da nação.

O problema do desinteresse em relação à atividade política é que quanto menos se interessarem, menos pressão os políticos sofrerão, já que estarão trabalhando sob a ótica de uma pequena parcela da população. Podemos apontar uma sociedade como ideal aquela em que todos, independentemente do cargo ou situação, se dedicam à política, onde são de fato cidadãos.

Quando se fala da necessidade do aumento do processo de democratização, este não pode estar restrito apenas ao direito ao voto, mas sim se esse processo de democratização tem atingido o máximo de espaços possíveis em uma sociedade. A participação da família nas decisões de instituições, como ocorre nos colegiados das escolas, é um exemplo do processo de democratização.

No entanto, uma das características do mundo moderno é o desconhecimento do conceito de comunidade, isto se percebe de maneira mais latente com a juventude, justamente por terem nascido em uma época que o modo de produção capitalista deu origem ao que chamamos de sociedade. Cujas marcas principais, segundo Chauí, é:

a existência de indivíduos separados um dos outros por seus interesses e desejos. Sociedade significa isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros, forçando o pensamento moderno a indagar como os indivíduos isolados podem relacionar-se, tornar-se sócios (CHAUÍ, 2009, p. 30).

Em contrapartida, a concepção de comunidade é vista por seus membros como algo natural, um espaço onde não há divisão. Já a sociedade encontra-se marcada por divisões, isto é esclarecido por Chauí (2009) com a definição de democracia:

a democracia pode ser definida segundo o princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da isegoria (direito de todos exporem em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres (CHAUÍ, 2009, p. 53).

Numa democracia, todos estão sujeitos às mesmas regras e leis. Neste regime político os conflitos existentes são encarados como algo natural e salutar. O

que não significa que a democracia seja caracterizada pela concordância, mas sim pela capacidade de lidar com as divergências, principalmente em uma sociedade que seja marcada pela divisão de classes, como é o caso da brasileira. É graças às possibilidades que são dadas na democracia que os desiguais encontram espaços ou instituições que lutam com eles para terem acesso aos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais. Outra característica louvável da democracia é a aceitação da possibilidade de se atualizar.

Pela criação dos direitos, a democracia surge como único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz emergir o novo como parte da sua existência e, conseqüentemente, a temporalidade como constitutiva do seu modo de ser (CHAUÍ, 2009, p. 54).

Mais um aspecto que merece consideração no regime democrático é com relação à ocupação do poder. O poder não pertence a determinado governante, o poder é sempre vazio, de maneira que quem o detém é a sociedade, os eleitos o ocupam por um determinado período, depois vêm outros. Essa alternância do poder é uma das características marcantes da democracia. Sendo assim, eleger é mais do que fazer uso da força do voto, é demonstrar aos governantes onde que se origina o poder, as suas raízes, essa soberania está nas mãos do povo. Aos governantes, não passam de ocupantes temporários do poder. Por exemplo, um prefeito não pode dizer: “eu sou prefeito!”, sendo que o correto a se pronunciar é “eu estou prefeito”. Esse que cargo que ora ocupa é temporário e no próximo pleito o povo pode fazer a opção por outra pessoa.

Pode-se afirmar que uma sociedade alcançou patamares democráticos quando os seus cidadãos exercem esses seus poderes em busca de direitos, controlam, transformam a ação do Estado e a maneira de agir de seus governantes. A democracia é a sociedade fundamentalmente em devir, disposta às transformações de seu tempo, as possibilidades que surgem, aberta às novas formas de se orientar, admitindo o aperfeiçoamento de suas leis. Pelo exposto, e pelo fundamento apresentado a partir de diversos filósofos, compreendemos que a participação na vida política é uma necessidade de todos os cidadãos e que a forma de governo que viabiliza essa possibilidade é a democracia.

CAPÍTULO 2

DA CONSCIENTIZAÇÃO DOS JOVENS DO ENSINO MÉDIO À EXECUÇÃO DO PROJETO JOVEM VEREADOR

2.1 – A conscientização dos jovens do Ensino Médio

O homem é antes de tudo um ser político, haja vista que a todo momento precisa dialogar com os demais indivíduos para que possa alcançar os objetivos almejados. Desta forma, não podemos pensar em uma sociedade onde cada sujeito se realize isoladamente, sendo, em muitos casos, necessário que exista a união de diversos cidadãos em grupos organizados, a fim de se conseguir maior poder de negociação e barganha.

A política, portanto, é uma ferramenta de suma importância à evolução social, uma vez que cria as condições necessárias para que aconteça a adequada organização da sociedade em prol de um bem comum. Não obstante, é fato também que, ao invés de usarem tão importante instrumento para o bem comum, muitos indivíduos acabam por utilizá-lo para fins alheios aos interesses sociais.

Na Grécia antiga era nas *ágoras* que a política criava suas raízes, com as discussões acaloradas sobre as questões do cotidiano e as necessidades apresentadas. A *pólis* grega tinha uma estrutura capaz de atender às diversas necessidades práticas do cotidiano de seus cidadãos. Desta maneira, buscava-se a mobilização social em torno de um bem comum, objetivando incitar nos demais cidadãos o interesse pelos problemas latentes, buscando as soluções plausíveis para os mesmos. Entendendo, portanto, que cada indivíduo pode se transformar num ser político, utilizando dos seus conhecimentos e influência para cumprir o seu papel de cidadão, sendo conhecedor dos seus direitos e deveres, assim como da sua importância para a evolução do meio onde vive.

Ainda que a política tenha surgido na Grécia, tendo como ponto de partida as discussões e o pensamento coletivo, é indubitável que durante muito tempo a participação efetiva nesse processo ficara restrita a um pequeno grupo, que era o responsável por indicar os rumos a serem seguidos pela sociedade.

A democracia grega tinha como centro a *Ágora*, isto é, a praça pública. Era ali que os cidadãos livres refletiam e decidiam sobre os rumos da sociedade grega. Não é que todos fossem cidadãos livres. Para que os poucos cidadãos livres, cerca de dez por cento da população, pudessem participar das assembleias, era necessário que uma multidão de pessoas produzisse (SANDRINI, 2011, p. 10).

Não se há de pensar, portanto, que o ato político se trata de uma questão fácil de compreender e praticar, haja vista que, conforme notado, é necessária perseverança e a força de vontade para lutar, a fim de se ter voz ativa no meio em que vive, cumprindo, desta maneira o seu papel social.

Mesmo na Grécia, o chamado berço da civilização moderna, onde diversos indivíduos pensavam e discutiam a política, poucos eram os que, de fato, tinham o poder em suas mãos, resolvendo as questões fundamentais, de suma importância para todos os indivíduos. Desta forma, ainda hoje, este cenário perdura, sobretudo, devido ao desinteresse de muitos cidadãos pela política, por acharem se tratar de um terreno pouco fértil, com discussões maçantes e sem grandes atrativos.

Ao debater a importância de cada cidadão no processo político e, em tempo, chamar a atenção para o desinteresse latente para as questões de suma importância ao futuro da sociedade, Werle (2013) afirma que:

O ponto central para os teóricos do modelo participativo é ver a democracia como uma prática comum de autodeterminação política que se fundamenta e adquire legitimidade a partir da participação dos cidadãos em processos contínuos de aprendizagem e envolvimento com a discussão das coisas públicas (WERLE, 2013, p. 90).

Assim, a participação de cada indivíduo no processo político é de extrema importância para que o mesmo compreenda a sua relevância no convívio em sociedade, vislumbrando as conquistas angariadas, assim como a evolução pela qual se podem notar as transformações. O que não significa, em muitos casos, uma grande revolução no modo de agir peculiar de cada sujeito, uma vez que, conforme já explicitado, o homem é, de fato, um ser político, exercitando esta característica em todos os momentos da sua existência, assim como é imprescindível a sua participação na coletividade.

Apesar das diversas dificuldades apresentadas no processo de inserção política e todas as suas nuances, é inegável que, com o advento da internet e as

novas tecnologias, tais como rádio e televisão, com as informações sendo transmitidas celeremente de um ponto a outro do planeta e a comunicação entre os mais diversos indivíduos sendo extremamente facilitada, o poder de cada cidadão se vê ampliado. Isso acontece porque cada indivíduo se entende com dotação necessária para expor os seus pensamentos, influenciando muitos outros sujeitos, que comungam dos mesmos ideais.

Desta maneira, é possível a afirmação de que novas formas de se fazer política surgem a cada instante, criando-se novos nichos, com ideais diversificados, fortalecendo as vozes das minorias e chamando a atenção para problemas antes ignorados pelos representantes escolhidos pela sociedade. Assim, ao discutir o assunto, Hernandez (1998) afirma que:

Temos mudanças na sociedade (não concebidas como um todo, mas como grupos que se relacionam, excluem-se, ou tentam encontrar um espaço, a partir do qual possam fazer com que suas vozes sejam ouvidas) nas relações e nos sistemas de representação dos valores e das identidades que se projetam nos meios de comunicação e nos espetáculos de massa e nas tecnologias de informação e da comunicação (HERNANDEZ, 1998, p. 32).

Não se há de pensar, portanto, num processo político em que poucos indivíduos, alheios aos anseios apresentados pela sociedade, governem apenas de acordo com os seus ideais, não havendo, desta forma, a força indispensável para que os mesmos se mantenham no poder. A sociedade, de maneira geral, possui o poderio necessário para que os objetivos almejados sejam alcançados e os problemas apresentados sejam resolvidos. Para que isso possa acontecer, no entanto, faz-se mister que cada indivíduo entenda o seu papel, obrigando os seus representantes a dialogar com cada nicho, conhecendo as suas reais necessidades. Caso contrário, conforme preconiza Maquiavel: “O fato é que aqueles que não preparam antes os alicerces somente serão capazes de executar depois esse trabalho caso possuam grande capacidade, mas, para desgosto do arquiteto e perigo para o edifício” (MAQUIAVEL, 1999, p. 60).

Desta maneira, torna-se de suma importância que os representantes políticos estejam atentos aos problemas apresentados por cada nicho social, criando, assim, o alicerce necessário para que possam tomar as decisões necessárias à evolução da sociedade. Não obstante, o que se nota, em muitos

casos, é o desinteresse de grande parte dos cidadãos para a participação política, o que contribui, de forma latente, para o aumento da corrupção, uma vez que os governantes se veem no direito de tomar as decisões que melhor lhes convêm.

A palavra cidadania nos dias de hoje, traduz a ideia de participação, ou atuação em todos os aspectos políticos da sociedade, em especial na construção e usufruto de direitos, o que pressupõe não somente conhecimento sobre o Estado, suas instituições políticas e as leis, mas também a consciência das obrigações (QUEIROZ, 2012, p. 15).

Neste cenário de grande desinteresse da sociedade e, sobretudo, dos jovens, frente às questões políticas, é inevitável a conscientização de que a participação de cada indivíduo é de extrema importância para a construção de um futuro melhor para todos. Desta forma, ações devem ser realizadas a fim de que, principalmente os jovens, nos quais é depositada uma esperança muito grande, compreendam o seu papel em meio ao convívio social, compreendendo que cada sujeito precisa cumprir o seu dever social, exercer sua cidadania.

2.2 - Cidadania e conscientização política

O conceito de cidadão tem assumido diferentes interpretações na política moderna, os liberais, por exemplo, entendem a cidadania a partir de uma concepção individualista.

A cidadania é entendida em termos individualistas, como liberdade negativa atribuída igualmente a todos os indivíduos independentemente de suas diferenças religiosas, raciais e políticas. Os direitos de cidadania devem assegurar uma esfera privada de ação livre e autônoma a cada indivíduo, na qual cada um pode legitimamente defender seus próprios interesses, perseguir suas concepções idiossincráticas de vida digna, escolher seu plano de vida e assim por diante (WERLE, 2013, p. 96).

Já para os republicanos, a cidadania é compreendida a partir de liberdades positivas, valores como liberdade dos indivíduos devem ser articulados levando em consideração os valores coletivos de comunidade política. O exercício da cidadania deve extrapolar os limites da esfera privada, onde a interação, o

diálogo com o outro não configure como restrição do exercício da liberdade, mas como condição necessária para a experiência da mesma.

O processo de construção da cidadania brasileira se deu a duras penas, como sinaliza Chauí:

O que é a sociedade brasileira enquanto sociedade autoritária? É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor dos escravos, o senhor-cidadão, e que concebe a cidadania como um privilégio de classe, fazendo ser uma concessão de classe dominante às demais classes sociais, a qual lhes pode ser retirada quando os dominantes assim o decidirem. É uma sociedade em que as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência (CHAUÍ, 2009, p. 59).

O processo de construção da cidadania no Brasil na última década tem se dado com a contribuição das redes sociais. Observado por óticas diferentes, alguns entendem isso como avanço, outros como retrocesso. Do ponto de vista da positividade, defendem que as redes sociais têm sido uma ferramenta importante, sobretudo para os mais jovens, para se interessarem por questões pertinentes à cidadania, como as questões políticas. Carvalho (2018) entende como aspecto positivo essa nova forma de exercício da cidadania e que pode adquirir grande importância.

O crescimento do número de internautas tem sido vertiginoso. Em 2013, ele já passava de 100 milhões, metade da população. Por outro lado, as redes sociais têm demonstrado a sua capacidade de mobilização e pressão sobre os poderes públicos, inclusive sobre o congresso. Essa expansão é, em parte, fruto do aumento da renda e do poder de consumo e, mesmo que precário, da educação. Isto pode significar maior independência e maior cobrança, pode indicar crescimento de uma opinião pública mais forte e menos sujeita à manipulação, venha ela de onde vier. As redes poderiam transformar-se em nova ágora, em novo espaço público de participação direta. A ser assim, elas poderiam contribuir para o crescimento equilibrado da democracia e da república, em um novo passo à frente na trajetória da cidadania (CARVALHO, 2018, p. 247).

Outros já chamam atenção para o fato de não ser ter uma legislação mais rígida acerca do uso das redes sociais, com isso é fácil perceber uma guerra virtual de acusações, xingamentos, conteúdos falsos que muitas vezes denigrem a imagem

das pessoas, as chamadas *fake News*.⁹ São problemas que dificultam a experiência de uma cidadania salutar.

Refletindo um pouco sobre o processo de democracia e de construção da cidadania no Brasil, percebe-se que ele é muito recente, pois ganhou notoriedade principalmente após o término da Ditadura Militar, no ano de 1985. Após esse período em que o país esteve sob o comando dos militares um conceito ganhou ímpeto e passou a ser mencionado com frequência: o conceito de cidadania. Com a forte aclamação acerca desse conceito nasce a constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã. Ela trouxe em suas letras e artigos a esperança de um futuro melhor para o povo brasileiro. Seus artigos expressaram os mais belos ideais de uma cidadania, como: a garantia dos princípios de dignidade, liberdade, desenvolvimento social, emprego, direito ao voto, entre outros considerados elementares para o cidadão.

No entanto, muito daquilo que foi resguardado na Carta Magna não se concretizou na proporção esperada pelos constituintes e principalmente pelas camadas mais humildes da população. Muitos são os problemas que têm acometido uma grande parcela dos cidadãos dessa estimada república, tais como: desemprego, falta de saneamento básico e o analfabetismo, que em pleno século XXI ainda é uma realidade de muitos brasileiros. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), de pesquisa realizada em 2018¹⁰, o Brasil tinha uma taxa de 6,8% de analfabetos, aproximadamente 11,3 milhões de pessoas. A precariedade na saúde e os problemas gerados pelas desigualdades sociais somam a todos esses problemas mencionados, percebe-se então que são muitos os empecilhos que impossibilitam os brasileiros de exercerem sua cidadania plena. Se não bastasse, os poderes da república, mesmo tendo a sua independência e harmonia garantidos pela constituição, se destoam cada vez mais, acarretando com isso complicações que impactam diretamente o cidadão.

⁹ *Fake News* é um termo inglês que significa notícia falsa. Este termo ganhou grande destaque nessa última década, principalmente com o poder de alcance incalculável das mídias sociais. Seu uso mais evidente tem sido nas campanhas eleitorais em que são disseminadas as notícias falsas, para que se possa prejudicar os adversários nas corridas eleitorais. Seus efeitos são devastadores e têm representado um desafio para as autoridades que ainda não descobriram uma maneira eficaz de controlar e punir os responsáveis pela disseminação das chamadas *Fake News*.

¹⁰ Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no-brasil-e-no-mundo-do-seculo-21>. Acesso em: 07 jul./2020.

Apesar de todas essas situações adversas, ainda se mantém acesa a luz da esperança de tempos melhores para nossa república.

Não há indícios que a descrença dos cidadãos tenha gerado um saudosismo em relação ao governo militar, do qual a nova geração nem mesmo se recorda. Não há indicação de perigo imediato para o sistema democrático. No entanto, a falta de perspectiva de melhorias importantes a curto prazo, inclusive por motivos que tem a ver com a crescente dependência do país à ordem econômica internacional, é fator inquietante, não apenas pelo sofrimento humano que representa de imediato, como, a médio prazo, pela possível tentação que pode gerar de soluções que signifiquem retrocesso em conquistas já feitas (CARVALHO, 2018, p. 14).

É de praxe definir como cidadão aquele que goze dos direitos civis, políticos e sociais. A cidadania desenvolvida ou construída em vários países foi sustentada a partir da junção desses três direitos, o que não significa que eles se deram ao mesmo tempo. Em alguns países, primeiro surgiram os direitos civis, depois os direitos políticos e finalmente os direitos sociais. Um fator importante para o desenvolvimento da cidadania tem sido a educação; Aristóteles (2009) já enfatizava isso e nos tempos modernos não tem sido diferente. A educação tem a nobre tarefa de despertar a população para o desenvolvimento de uma consciência política crítica com o escopo de que ela possa reivindicar o acesso a esses três direitos fundamentais supracitados.

A carência de uma população educada tem sido um dos principais atenuantes que dificulta o desenvolvimento e construção de uma cidadania plena. Apesar de um certo esforço para valer o exercício da cidadania no Brasil, até 1930 isso era pouco notável, como afirma Carvalho:

Mas, apesar de todas as leis que restringiam o direito ao voto e de todas as práticas que deturpavam o voto dado, não houve no Brasil, até 1930, movimentos populares exigindo maior participação eleitoral. A única exceção foi o movimento pelo voto feminino, valente mas limitado. O voto feminino acabou sendo introduzido após a revolução de 1930, embora não constasse no programa dos revolucionários (CARVALHO, 2018, p. 48).

A experiência cidadã, mesmo que possa parecer remota, pouco mais de 100 anos, desde que o Brasil se tornou república, permite um comparativo entre aquela época e os dias atuais: o fato de não haver uma preparação prévia para o

exercício do direito ao voto. Houve a expansão daqueles que tinham direito a votar, porém, não aconteceu uma experiência política que preparasse o eleitor para o exercício de suas obrigações cívicas. Esse fato é algo que pode ser notado na contemporaneidade de maneira latente, o povo é convocado a exercer essa obrigação, no entanto, lhe falta preparo e esclarecimento para o exercício de sua cidadania mediante o voto.

Um dos grandes empecilhos da cidadania em amplitude no Brasil foi a escravidão.

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual das reformas (CARVALHO, 2018, p. 50-51).

Em contrapartida, uma contribuição positiva que aconteceu no Brasil e tornou-se importante para o exercício da cidadania foi o movimento operário, principalmente no tocante à conquista dos direitos civis. Esse movimento tinha em suas diretrizes a luta por direitos básicos como organização, manifestação, greve, dentre outros. “Os operários lutaram por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal, as férias, e por direitos sociais como o seguro de acidente de trabalho e aposentadoria” (CARVALHO, 2018, p. 65).

Chauí (2009) entende que a cidadania plena numa democracia só se torna possível com o desenvolvimento de uma cultura da cidadania.

Podemos dizer que a democracia propicia, pelo modo mesmo de seu enraizamento, uma cultura da cidadania à medida que só é possível a sua realização através do cultivo dos cidadãos. Se pudéssemos pensar em uma cidadania cultural teríamos a certeza de que ela só seria possível por meio de uma cultura da cidadania, viável apenas em uma democracia (CHAUÍ, 2009, p. 70).

Passa pela política a tarefa de tomar decisões e estabelecer regras que valerão para todos, independentemente de sua condição ou *status* social. Partindo do pressuposto que, através da política, é possível organizar a vivência e garantir os

direitos na sociedade. Neste escopo, o exercício da cidadania visa estabelecer garantias de condições básicas para que uma pessoa seja compreendida como sujeito e não como objeto na sociedade. A atividade do cidadão na sociedade na qual ele está inserido é considerada a expressão máxima da política.

Tornou-se quase um clichê na modernidade falar da necessidade de uma educação política. Mas, afinal de contas em que consiste isto? A educação política possibilita o conhecimento acerca dos conceitos e instituições que constituem o universo da política e o domínio dos valores basilares que compõem o universo da cidadania. Como por exemplo, o conhecimento e estudo da constituição do país, assim como suas leis, a organização do Estado, a divisão dos poderes, o papel de cada um e a forma como eles funcionam e harmonizam.

A prática política também é um meio de grande aprendizado e que se efetiva com a participação em movimentos estudantis, reuniões e associações comunitárias, debates de temas com repercussão social. Essa participação ativa na política fortalece o regime democrático. É consensual que não existe possibilidade de se pensar na existência do indivíduo fora do âmbito da política, pois mesmo aqueles mais céticos, que se dizem apolíticos, o fazem por alguma questão política. Deste modo, a política se manifesta em todo o universo que está imerso o indivíduo. É mister que nos reconheçamos como seres políticos, como lembra a poeta polonesa Szymborska:

Somos filhos da época
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.

Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.

Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.
Ser ou não ser, eis a questão.

Qual questão, me dirão.
Uma questão política.

Não precisa nem mesmo ser gente
para ter significado político.
Basta ser petróleo bruto,
ração concentrada ou matéria reciclável.
Ou mesa de conferência cuja forma
se discutia por meses a fio:
deve-se arbitrar sobre a vida e a morte
numa mesa redonda ou quadrada.

Enquanto isso matavam-se os homens,
morriam os animais,
ardiam as casas,
ficavam ermos os campos,
como em épocas passadas
e menos políticas (SZYMBORSKA, 2011, p. 77-78).

Como ressaltado pela poeta Szymborska (2011), mesmo que se possa, em vão, pensar em algo que escape a dimensão política, sempre voltar-se-á a premissa inicial que por sua vez é um problema político.

2.3 - Projeto Jovem Vereador

É a partir da necessidade cada vez mais solicitada de desenvolver projetos voltados para a conscientização política e cidadã que surgiu a ideia do Projeto Jovem Vereador. Atuando enquanto docente, foi possível perceber a necessidade de despertar o interesse dos jovens para o convívio e a atuação política. A implantação desse projeto teve, dentre os seus objetivos, explicitar a necessidade de que cada indivíduo se reconheça como verdadeiro cidadão, dotado de habilidades que lhe permitam tomar as decisões adequadas a cada situação problema em que se encontrar. Desta maneira, devendo se entender como parte atuante no meio em que vive, contribuindo para construir uma sociedade mais justa e solidária, sendo responsável pelas suas ações, uma vez que possui direitos e deveres a serem respeitados e cumpridos, em prol do bem comum.

Tal intento, no entanto, não se trata de uma tarefa fácil de ser cumprida, sobretudo porque, frente às tantas informações e diversões apresentadas principalmente pelas mídias sociais e tecnológicas, os jovens veem-se cada dia mais desinteressados pelo convívio político. Isso acontece, sobretudo, porque também o sistema político representativo vigente lhe é pouco convidativo, uma vez que retira do cidadão o poder de decisão, que, através do voto, é delegado a outrem. Desta forma, o jovem se vê desobrigado de participar das decisões relevantes do futuro da sociedade.

O sistema político representativo vigente em nosso país, muitas vezes distancia o eleitor do eleito, a população dos seus representantes, pois esse sistema privilegia a delegação de poder, retirando do sujeito o protagonismo e a participação política efetiva (BOM RETIRO DO SUL, 2018, p. 04).

Têm-se, assim, a necessidade de demonstrar, especialmente para a juventude, a importância que cada indivíduo possui no processo político e social, sobretudo, através de exemplos práticos. Sendo válida, então, a criação de instrumentos que permitam a cada sujeito notar-se como parte atuante nesse processo, como, por exemplo, a criação de câmaras, ainda que sem poder decisório, que lhe permitam entender como funciona todo o processo de decisão, de forma lúdica e responsável.

Não se há de pensar, no entanto, que a simples criação de projetos que utilizem da ludicidade, modificarão a forma de se pensar a política, sendo de extrema importância que toda a sociedade se compreenda como parte *sine qua non* no processo político. Desta maneira, a internet, assim como todas as novas tecnologias, pode ser de grande valia no processo de conscientização e construção cidadã.

Sob esse ângulo, podemos imaginar que a forma de se pensar o fazer político vem se transformando através dos tempos. O que pode ser visualizado, por exemplo, na maior participação das mulheres nesse processo, mesmo que ocorrida com a inserção de cotas eleitorais na legislação brasileira; assim como a implementação de ferramentas que permitem maior acesso dos indivíduos portadores de necessidades especiais na vida política. No entanto, é indubitável que diversas outras ações ainda sejam realizadas a fim de que se possa falar num

processo político que englobe todo o pensamento social, buscando solucionar os diversos problemas latentes e buscando a construção de um futuro mais justo e solidário para todos.

A educação para a democracia comporta duas dimensões: a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões política em todos os níveis, pois numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente - e mais de uma vez no curso da vida - um ou outro (BENEVIDES, 1996, p. 226).

Para que tais intentos sejam alcançados, porém, é necessário que exista uma educação política, em que cada indivíduo seja instigado a pensar de uma maneira ou de outra. Nesse cenário, espera-se que não seja influenciado a conceber uma ou outra ideia política, mas, sobretudo, que seja instigado a pensar à sua maneira, reconhecendo-se como um ser político e desenvolvendo a sua autonomia de sujeito consciente e crítico. Dessa maneira, poderá buscar soluções plausíveis para os problemas que afligem a população.

Toda prática educativa, enquanto tal, possui uma dimensão política assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa. (...) A dimensão política da educação consiste em que, dirigindo-se aos não-antagônicos a educação os fortalece (ou enfraquece) por referência aos antagônicos e desse modo potencializa (ou despotencializa) a sua prática política. E a dimensão educativa da política consiste em que, tendo como alvo os antagônicos, a prática política se fortalece (ou enfraquece) na medida em que, pela sua capacidade de luta ela convence os não-antagônicos de sua validade (ou não-validade) levando-os a se engajarem (ou não) na mesma luta (SAVIANI, 1999, p. 94).

Nesse íterim, é possível a compreensão de que o pensar e o fazer político talvez não sejam tão maçantes e sem quaisquer atrativos, sobretudo quando trabalhados de forma lúdica, incitando o jovem cidadão ao conhecimento de que apenas com a união de forças, discutindo a situação existente e buscando soluções concretas é que se poderá construir uma sociedade melhor para todos. Sendo, portanto, de extrema necessidade que cada sujeito realize o seu papel social. A educação é vista por Benevides (1996) como um fator indispensável para a formação do cidadão.

Para formar o cidadão é preciso começar por informá-lo e introduzi-lo às diferentes áreas do conhecimento, inclusive através da literatura e das artes em geral. A falta, ou insuficiência de informações reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação. No Brasil, aqueles que não têm acesso ao ensino, à informação e as diversas expressões da cultura *lato sensu*, são, justamente os mais marginalizados, os que chamamos, de “excluídos” (BENEVIDES, 1996, p. 226).

Projetos como o Jovem Vereador, por exemplo, podem ser a semente para que se possa construir, de fato, uma sociedade política com pensamento altruísta e, sobretudo, com o pensamento responsável de que somente com a união de todos em prol do bem comum é que se há de construir uma nação com sua verdadeira identidade social.

2.3.1 - Da conscientização e desenvolvimento do Projeto Jovem Vereador

Assim como definido por Aristóteles (2009), o homem como animal social e antes de tudo um ser político, é mister em todo instante e nas mais diversas situações utiliza da sua capacidade de convencimento e persuasão para que possa angariar vitórias ou minimizar os problemas que lhes são apresentados, buscando soluções plausíveis e trilhando os caminhos necessários ao sucesso.

Dessa forma, desde a sua tenra idade cada indivíduo vê-se instigado a utilizar a política como forma de convencer os pais sobre a necessidade de ter realizados os seus mínimos desejos; de convencer os amigos; de colocar-se como personagem importante no meio em que vive, em muitos casos, buscando soluções plausíveis para os problemas sociais, visando o bem comum e a evolução social. Algo que, na visão da filósofa brasileira Viviane Mosé (2013), se perdeu na escola nas últimas décadas,

o regime militar que passa a vigorar no Brasil a partir de 1964 e que especialmente a partir de 1968, se configurará como um regime de exceção, marcado pela perseguição política, pela censura, especialmente tendo como alvo professores, intelectuais, estudantes, artistas. Com essa herança a educação brasileira tornou-se refém de um sistema disciplinar que eliminou a filosofia e os saberes reflexivos e críticos e que teve na passividade, na submissão, na repetição, no medo, o seu modelo de conduta. Não a criatividade, a inteligência viva, mas o bom comportamento, a disciplina, a ordem. Sem contar

as sequelas deixadas na sociedade, em consequência especialmente do medo de pensar, de se posicionar criticamente, instaurado por um regime que perseguiu pessoas conscientes e cultas, proibiu livros, restringiu condutas. Os professores, os estudantes universitários e secundaristas, os artistas, os intelectuais foram o grande alvo desse regime, e a formação dos jovens e crianças foi a grande prejudicada. Durante vinte anos foi proibido pensar a sociedade brasileira, especialmente na escola foco do regime. (...) Com tudo isso, a escola acabou tornando-se um espaço explicitamente afastado das questões que movem a vida das pessoas e ainda mais distante dos desafios da sociedade. Os jovens e as crianças, afastados das questões humanas e sociais, das questões políticas, vão sendo treinados a ver o mundo apenas a partir de si mesmos, de sua condição que pode ser de vencedor ou de perdedor, de arrogância ou de revolta. Mas raramente são estimulados a ler o mundo, a pensar essa sociedade, com sua complexidade, com seus jogos e suas contradições, e quase nunca são convidados a ser atores nessa sociedade. O que faz com que ou se alienem de tudo e busquem a qualquer preço um lugar na lógica estabelecida pelo mercado ou se revoltam contra essa lógica e destruam aquilo que não sentem ter coragem ou capacidade para transformar. Talvez por isso existam tão poucas pessoas dispostas a ler e interferir, a transformar a sociedade (MOSÉ, 2013, p. 50-51).

A participação política às vezes acontece de tal forma que os envolvidos nem se dão conta. Uma simples conversa entre amigos acerca de problemas que incomodam a sociedade pode ser entendida como forma de participação política. Situações corriqueiras como essas são muito importantes para o fortalecimento da democracia, já que esse regime se estrutura ou se fundamenta através do debate, do diálogo, da argumentação em busca de soluções ou de consenso. Esse debate político que acontece no cotidiano é uma prática salutar e que mantém acesa a chama da democracia, pois significa que o cidadão está atento aos atos praticados pelos seus representantes.

Contudo, é importante lembrar que a participação política numa democracia não se efetiva apenas através do voto. Ela pode ocorrer, por exemplo, quando o cidadão aciona as instituições públicas como o ministério público, para protocolar uma denúncia; quando reúne pessoas para fazer abaixo-assinado com o fito de reivindicar a prestação de serviços à prefeitura ou ao Estado. São ações que mostram que o exercício da democracia numa república pode se dar de diversas maneiras e não somente através do voto.

Somado a isso e tendo como base o pensamento de que cada indivíduo tem o seu dever a ser cumprido como cidadão e compreendendo que a construção

de um futuro melhor para todos depende, sobretudo, da capacidade de cada sujeito colocar-se como parte atuante no meio em que vive, o Projeto Jovem Vereador surgiu diante da latente apatia e desinteresse por questões do universo político e da cidadania, observada entre os discentes na Escola Estadual Cristino Alves de Jesus, em São João da Lagoa, em finais do ano de 2018. Através de debates entre os professores idealizou-se o referido projeto, a realizar-se nos moldes do Câmara Jovem, da Câmara dos Deputados; com os alunos discutindo a situação do ensino lagoano, assim como questões inerentes ao município, que, indubitavelmente, tornam-se de extrema relevância para o futuro de todos os jovens estudantes.

Os professores de Sociologia, Filosofia e Português, durante um curto período de tempo, discutiram com os alunos sobre o referido projeto, debatendo sobre a importância da política para a sociedade, ensinando as funções a serem desempenhadas pelos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, demonstrando a importância de cada um para a construção de um futuro melhor para todos. Ao conteúdo de filosofia, em especial, coube a nobre tarefa de trabalhar os clássicos da filosofia voltados à temática da política. Desde os grandes clássicos gregos antigos, de Platão e Aristóteles, a alguns recortes dos clássicos modernos e contemporâneos de Espinosa e Bobbio.

É sabido que muitos alunos não têm interesse, principalmente por terem enraizado o pensamento de que a maioria dos políticos são ladrões e não pensam no bem do cidadão, mas foi mostrada a necessidade de que tal pensamento seja extirpado do mundo político, sobretudo com ações que possibilitem a eleição de sujeitos honestos, dotados da real capacidade de representar a população. Desta forma, foi interessante o número elevado de alunos que se dispuseram a candidatar ao cargo de vereador da escola, haja vista que o projeto visava apenas candidatura dos discentes do Ensino Médio, sendo que todos os demais alunos e funcionários da escola poderiam votar, de forma individual e secreta.

2.3.2 - Da execução do Projeto Jovem Vereador

Após a divulgação do projeto em todas as turmas do Ensino Médio, resolveram se candidatar um total de 27 jovens, sendo eles alunos do primeiro,

segundo e terceiro anos. Ao preencherem as fichas de inscrição foi requisitado aos menores de idade a autorização dos pais ou responsáveis. Passada essa primeira fase de registro de candidaturas, foi oferecido aos jovens candidatos suporte para a divulgação de suas campanhas: 300 “santinhos” para cada candidato (confeccionados em gráfica, com a contribuição dos professores) e foi gravada uma propaganda de áudio e vídeo.

Iniciou-se a campanha e os jovens entraram com todo vigor nela, interessante foi o ambiente de disputa sadia e interação que tomou conta da escola. Sempre houve, e não acreditamos que seja privilégio dessa escola, uma relação de distanciamento entre os alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Um dos frutos colhidos por este projeto foi essa quebra de barreiras e o distanciamento que se desfez, pois, para pedir voto os candidatos precisavam conversar, argumentar e convencer seus possíveis eleitores. Alguns alunos diziam: “fulano nunca conversou comigo e nem me cumprimentava, agora está conversando comigo sempre”. Foram candidatos somente os alunos do Ensino Médio, mas para votar participaram todos funcionários e alunos da escola. Outro fator que convém mencionar foi a forma de abordagem dos candidatos com os eleitores. Com os professores, por exemplo, eles trabalhavam mais a argumentação, por saberem que estavam buscando o voto de alguém com senso crítico mais apurado.

Após 15 dias de debates e divulgações, com a propagação de “santinhos” e veiculação de vídeos de campanha durante os horários de recreio, aos 26 dias do mês de novembro deu-se a eleição para os cargos de jovens vereadores. Para este dia tudo foi feito nos moldes de uma eleição tradicional, com mesários, secretários, e fiscais e presidente de comissão. Foi enviado um ofício ao Cartório Eleitoral da Comarca de Coração de Jesus, solicitando o empréstimo de duas urnas eleitorais, e fomos prontamente atendidos. A eleição ocorreu de maneira tranquila, das 8h às 19h, dando a oportunidade para os três turnos da escola votarem.

Findado o processo de votação, iniciou-se a apuração coordenada pelos professores que a lideraram o projeto e os candidatos que ali estavam, todos ansiosos e com grande expectativa quanto ao resultado. Às 20h30 desse mesmo dia terminou a apuração dos votos, na qual revelou-se os eleitos, de acordo com o mesmo número de cadeiras da Câmara Municipal de São João da Lagoa (nove vagas). Após a apuração foi lavrada a ata com o resultado da eleição dos Jovens

Vereadores, todos assinaram dando ciência do resultado, que posteriormente foi afixada no mural de aviso da escola e divulgado nos grupos de redes sociais das salas. Devido à importância e magnitude que o referido projeto adquiriu, foi transformado oficialmente em um projeto municipal e já sancionado pelo prefeito.

Desta maneira, no final do mês de novembro, do ano de 2018, os alunos foram diplomados e tomaram posse, na quadra poliesportiva da Escola Estadual Cristino Alves de Jesus, em cerimônia acompanhada pelos vereadores do município de São João da Lagoa, funcionários escolares e munícipes, recebendo os seus respectivos diplomas de Jovens Vereadores, pelo mandato de três anos. A partir do mês de janeiro do ano seguinte, os jovens vereadores reuniram-se mensalmente na sala de vídeo da escola, discutindo os problemas escolares, assim como questões referentes ao município, sendo que, durante tais reuniões eram criados projetos que, posteriormente seriam apresentados à Câmara Municipal de Vereadores.

Assim, é possível o pensamento de que cada jovem vereador, durante o seu período como representante da comunidade escolar, tem evoluído individual e coletivamente, podendo-se vislumbrar algumas das conquistas angariadas pelo jovem corpo legislativo. Alguns exemplos são: a construção de uma área de lazer e descanso próximo à quadra poliesportiva, com mesas e bancos para os alunos desfrutarem nas horas de recreio; a reforma de algumas áreas degradadas, assim como a pintura da escola; além da intensa discussão sobre questões relacionadas à qualidade do ensino e ao comportamento dos alunos que envolvem o processo ensino-aprendizagem.

Os jovens vereadores assumiram um papel de representação muito importante, tanto no espaço escolar como na cidade de São João da Lagoa. No espaço escolar, por muitas vezes, os alunos procuram esses representantes para atender suas demandas junto à direção da escola e também dos políticos da cidade. Participaram, na Câmara Municipal, de debates de questões pertinentes aos jovens, como: a necessidade de políticas públicas voltadas para a juventude, projetos de conscientização ambiental, que eram discutidos na Câmara Municipal e que depois os jovens vereadores levavam ao conhecimento dos discentes da escola. Além disso, outros projetos foram apresentados aos vereadores, propondo ações como melhorias estruturais, ideias para o entretenimento e a convivência entre os jovens

locais, visando o afastamento dos mesmos do convívio com as drogas, assim como discussões sobre diversos problemas sociais que afetam o dia a dia dos lagoanos.

É inegável, portanto, a importância do Projeto Jovem Vereador para a conscientização dos discentes quanto ao seu papel de agente social, uma vez que serão eles que criarão os novos rumos a serem seguidos no meio escolar e social. Desta maneira, já é possível notar o surgimento de alguns jovens conscientes, que têm pensado o meio em que vivem e, principalmente, buscado soluções para os problemas latentes, visando a formação de um bem comum.

Na falta de representação respeitável e respeitada, o fortalecimento da república e da democracia fica dependendo, sobretudo do envolvimento dos cidadãos. À primeira vista, esse envolvimento tem se limitado cada vez mais ao exercício do voto para a constituição da representação. Ora, o voto é reconhecidamente um mecanismo participativo necessário, mas insuficiente, como se tem observado em quase todos os sistemas de representação existentes no mundo. Acresce-se a isso que as ruas têm praticamente desaparecido do cenário como palco de demonstrações políticas (CARVALHO, 2018, p. 247).

Muita coisa ainda precisa ser feita, a fim de se poder falar num processo de conscientização que englobe alunos e sociedade. Não obstante, o referido projeto é de suma importância para que se possa criar as bases indispensáveis para a construção de um futuro melhor, com cada indivíduo entendendo-se como agente do meio em que vive, conhecendo seus direitos e deveres, assim como fazendo valer o seu papel como cidadão consciente e politizado. Foi uma experiência que superou em muito as expectativas iniciais e que despertou o interesse de muitas escolas de municípios próximos sobre a possibilidade de se fazer tal experiência em suas respectivas escolas. O projeto também foi selecionado pela Superintendência Regional de Ensino de Montes Claros para o concurso voltado para as “boas práticas pedagógicas”.

2.3.3 - Análise das entrevistas

A partir da entrevista realizada com os nove jovens que participaram de todas as etapas do Projeto Jovem Vereador, tornou-se possível uma análise mais

fidedigna do que representou essa experiência cidadã para aqueles que estiveram o tempo todo compenetrados com o projeto e se tornaram os protagonistas do mesmo.

A entrevista foi feita pautada nos seguintes objetivos:

1. Identificar o conhecimento adquirido pelo entrevistado a partir de sua experiência no Projeto Jovem Vereador;
2. Identificar os pontos de êxitos e falhas no projeto;
3. Levantar opiniões acerca da questão da conscientização política e exercício da cidadania;
4. Possibilitar a partilha de experiências nas ações desenvolvidas pelo projeto.

A partir desses objetivos traçados, as perguntas foram organizadas em quatro eixos:

Eixo 1: como os jovens se mantêm informados sobre os acontecimentos políticos e com que frequência isso acontece.

Eixo 2: envolvimento com projetos voltados para a política e cidadania.

Eixo 3: a importância do conhecimento teórico e prático adquirido com a participação no projeto.

Eixo 4: refletindo sobre o projeto e suas ações.

Em relação ao primeiro eixo, foi possível perceber que a maioria dos entrevistados buscam manter-se informados com assuntos relacionados à política semanalmente, e os meios utilizados são os telejornais e a internet, que são mais acessivos à realidade deles.

No que se refere ao segundo eixo, foram perguntados sobre o envolvimento deles com projetos voltados para a política e cidadania. A maioria disse que não ter participado de outros projetos e movimentos voltados para essa temática. Acrescentaram que o Projeto Jovem Vereador foi a primeira experiência de tal natureza.

Com relação à pergunta se nas conversas com amigos e familiares gostam de tratar de questões políticas, disseram que tratam dessas questões com aqueles mais próximos, evitam um pouco entrar nessa temática para não gerar desentendimentos. Isso se justifica pelo fato de estarmos vivendo um momento no país que a política se polarizou muito.

Com relação às perguntas referentes ao terceiro eixo, foi possível entender nas respostas da maioria, numa voz quase uníssona, que o conhecimento adquirido tanto no campo teórico quanto no campo prático ajudou muito para que afastassem os preconceitos que tinham em relação à política e contribuiu para que pudessem se interessar mais por assuntos que envolvam esta área. Questionados sobre o que mais consideraram interessante na participação do projeto, a maioria respondeu que foi quando a escola e o município foram receptivos com as suas ideias e projetos, pois não acreditavam que seriam aceitos e muito menos colocados em prática. Com isso se sentiram valorizados como verdadeiros cidadãos.

No quarto eixo foram questionados se considerariam importante a possibilidade de se ter uma disciplina voltada para a educação política no seu currículo escolar. Responderam afirmativamente, salientado que tal disciplina ajudaria os alunos a conhecerem mais sobre o que é realmente viver a cidadania e se conscientizarem que a política é um bem necessário e não um “mal” como muitos erroneamente afirmam.

Em relação às ações desenvolvidas pelo Projeto Jovem Vereador, a maioria respondeu que a construção da praça de lazer na escola foi o que mais gostaram, pois além de usufruírem dela no último ano do Ensino Médio, foi algo que representará a marca de um projeto desenvolvido por eles e que servirá para outros estudantes da escola. Reivindicaram a fixação de uma placa na praça, para que os outros alunos saibam que aquela área de lazer foi fruto de um projeto que teve o envolvimento dos jovens daquela escola, que acreditaram num projeto de cidadania possível.

Na última pergunta que compôs a entrevista foram questionados se a partir da experiência de participar do Projeto Jovem Vereador, consideram que somos responsáveis pelas nossas realidades (escola, cidade e comunidade) e que podemos mudá-la através do voto. A resposta foi unânime, todos acreditam que é necessário conhecer de maneira mais profunda os candidatos antes de votar, pois através do projeto foi possível conhecer *in loco* o verdadeiro papel de um representante no legislativo municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia, em toda a sua trajetória, caracterizou-se por se apresentar como um campo fértil para a reflexão sobre inúmeras questões que de alguma forma provocam desconforto e intrigam o pensamento. Foi assim com os filósofos gregos e, reservadas as devidas proporções, tem se mantido na modernidade. O caminho percorrido por esta pesquisa também foi motivado por um desconforto e uma intriga que afetou esse humilde amante da filosofia. Esse desconforto partiu da proposição aristotélica de que o homem é, por natureza, um animal social e político. A partir dessa proposição categórica surgiu o questionamento: se está na natureza do homem viver em sociedade e se interessar por política, por que, em pleno século XXI, é visível a apatia e o desinteresse pela política, sobretudo da juventude?

Pautado nesse problema, buscou-se compreender de maneira bem detalhada o que Aristóteles pensava sobre a política, o conceito de cidadania defendido por esse filósofo. Também foi importante compreender o ideal político desenvolvido pelos gregos, desde a criação do regime democrático pelo grande estadista Sólon à criação do espaço da *pólis* e a contribuição dos sofistas tanto para a educação quanto para a política.

Compreendido o ideal democrático grego, passamos para a definição moderna do conceito de democracia, dando ênfase no pensamento do filósofo holandês Baruch de Espinosa e o italiano Norberto Bobbio, onde foi possível perceber as divergências e proximidades entre o ideal democrático grego e o ideal democrático moderno, principalmente no quesito da representatividade. Foi possível compreender que, mesmo com as falhas existentes no regime democrático, ele ainda é o mais preferível de todos, pois dá a possibilidade efetiva de participação e exercício da cidadania.

Apesar de ser um regime que se luta para buscar o consenso da maioria em torno de determinado assunto, o que vai ficar de mais notável no regime democrático será o dissenso. Pois, não significa que todos devem concordar com determinado assunto, mas dentro dos limites estabelecidos pela democracia é legítimo e salutar haver a pluralidade de pensamento e opiniões.

A partir do embasamento conceitual desenvolvido no primeiro capítulo em torno do conceito de democracia e inspirado no ideal político desenvolvido pelos

filósofos gregos e aperfeiçoado pelos modernos, passamos ao segundo capítulo. Ele teve o propósito de demonstrar a necessidade de se despertar nos jovens do Ensino Médio de São João da Lagoa/MG, a importância de se ter consciência política e do exercício da cidadania. Para atingir tal intento procurou-se esclarecer o conceito de cidadania na modernidade e como se deu a construção da cidadania no Brasil.

Percebe-se que o processo de construção da cidadania no Brasil não foi fácil, foi algo que se conquistou mediante muita luta e que é uma conquista muito recente. Pelo que foi mostrado e endossado, com a contribuição de diversos pensadores, pode-se inferir que a construção da cidadania vai depender muito da possibilidade de uma educação política. São vários pensadores que vão insistir nessa tese, de que para se construir um cidadão pleno, cômico de seus direitos e responsabilidades, é imprescindível uma educação política. O que não quer dizer educação partidária, mas uma educação que possibilitará o conhecimento acerca dos conceitos e instituições que constituem o universo da política e o domínio dos valores basilares que compõem o universo da cidadania.

Com base nessa fundamentação teórica, desenvolveu-se na Escola Estadual Cristino Alves de Jesus em São João da Lagoa/MG, o Projeto Jovem Vereador. Ele teve o fito de despertar os jovens para a consciência política e proporcionar a esses estudantes do Ensino Médio a experiência da cidadania. Esse projeto transformou a realidade da escola e dos jovens envolvidos, na medida em que elucidou que a política não é um mal necessário como muitos costumavam dizer, mas algo muito importante que se faz presente no dia a dia de cada um. Se passa pela cabeça dos jovens a vontade de ter uma escola, uma cidade ou país melhor, é necessário que compreendam que isso se dará a partir da participação política e do exercício da cidadania.

A partir das informações apresentadas nessa pesquisa é possível identificar que, apesar de haver pouca participação na política e em ambientes democráticos por parte da juventude, não se pode desanimar, é preciso que ações voltadas para a educação política estejam mais presentes nos PPPs (Projetos Político Pedagógicos) das escolas. A partir dessa experiência gratificante com o Projeto Jovem Vereador, foi possível perceber que existem desafios a serem superados e enfrentados pelas instituições, uma vez que há certo temor em abordar e desenvolver projetos ligados à conscientização política e cidadã nas escolas.

Torna-se imprescindível que experiências como essa tenham continuidade nas escolas e que se aprimorem.

Com apenas uma edição do projeto, pudemos perceber que ali naquela escola do município de São João da Lagoa foi proporcionado àqueles jovens ensinamentos de cidadania que terão efeitos positivos nos próximos anos dessa referida urbe. Assim sendo, enfatizamos a necessidade de que a educação voltada para a cidadania não fique apenas nos conceitos, muitas vezes vagos, nas salas de aula, mas que se expanda através de experiências de cidadania como esta do Projeto Jovem Vereador ou como outras tantas que podem ser feitas.

Um das características dos jovens do nosso século é a curiosidade de experimentar e praticar aquilo que é aprendido nas aulas. Acreditamos que o sucesso do projeto tenha se dado, entre outros fatores, justamente por ter surgido em um primeiro momento voltado para o campo teórico e conceitual, possibilitado pelos clássicos da filosofia política. E num segundo momento, o de se colocar em prática aquilo que tinham estudado, foi o que mais encantou os jovens e incitou a grande dedicação que tiveram para com as atividades.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ARISTÓTELES (384-322 a.C). **A política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. 2ª ed. Bauru, SP: Edipro, 2009, (Clássicos Edipro).

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, a.15, p. 98-104, 2001.

BENEVIDES, Maria V. M. Educação para democracia. **Revista Lua Nova**, n. 38, 1996.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia** - Uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 15ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

BOM RETIRO DO SUL. Projeto de Resolução nº 001/2018. Cria o Programa Jovem Vereador no âmbito da Câmara de Vereadores de Bom Retiro do Sul. Disponível em: <
https://bomretirodosul.rs.leg.br/uploads/materia/17661/PROJETO_DE_RESOLUO_01_2018_FILIFE_JOVEM_VEREADOR_ATUALIZADO.pdf>. Acesso em: 07 set./2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele. **Filosofia: estética e política**. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013, vol. 3.

CENCI, Angelo Vítório. Cidadania e educação na política de Aristóteles. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, vol. 14, n. 2, p. 80-90, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 2ª ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DALLE NOGARE, Pedro. **Humanismos e anti-humanismos**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DANTAS, Humberto. **Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017.

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado Teológico-Político**. Trad. Diogo Pires Aurélio. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. Refletindo sobre pesquisa-ação. **Revista Faz Ciência**, v. 3, n. 1, p. 167-176, 1999.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERNANDEZ, Fernando. **Repensar a Função da Escola**. Revista Pátio, 1998.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Trad. Maria Beatriz Nizza da Silva e João Paulo Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. Trad. Artur M. Pereira. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARA, Tiago A. **Caminhos da razão no ocidente - A filosofia nas suas origens gregas**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge, Massachusetts: Harvard university, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Escritos Políticos. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

MARCONDES, Danilo. **Uma iniciação à filosofia, Sócrates e os Sofistas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2016.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PLATÃO (427-347 a.C.). **A república** (ou justiça). Trad. Edson Bini. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2014.

Platão (427-347 a.C.). **As leis, ou da legislação e epinomis**. Trad. Edson Bini. 2ª ed. Bauru, SP: Edipro, 2010.

QUEIROZ, Antônio Augusto. **Noções de Política e Cidadania no Brasil**. Brasília : DIAP, 2012, (Série Educação; v.1).

RIBEIRO JR., Wilson A. Sólon de Atenas. Portal Graecia Antiqua, São Carlos. 1999. Disponível em: <greeciantiga.org/arquivo.asp?num=0114>. Acesso em: 28 set./2017.

SALGADO, Joaquim Carlos. O espírito do ocidente ou a razão como medida: Protágoras de Abdera, a educação, o Estado e a justiça. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 109, p. 411-436, julho/dezembro de 2014.

SANDRINI, Marcos. **As origens gregas da filosofia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política!**. 32ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SPINOZA, Benedictus de. **Tratado político**. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

STIRN, François. **Compreender Aristóteles**. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SZYMBORSKA, Wislawa. **Poemas**. Seleção, tradução e prefácio de Regina Przybycien. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa - ação** São Paulo: Cortez Editora, 1985.

TRIVIÑOS, Augusto N. da Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

WERLE, Denilson Luis. Teorias contemporâneas da democracia. **Filosofia: estética e política**, Cuiabá, vol. 3, p. 83-103, 2013.

APÊNDICE

Entrevista Qualitativa Estruturada

PROJETO JOVEM VEREADOR

Entrevistador: Hermelindo Souza Junior

Entrevistado:

Idade:

Objetivos:

- Identificar o conhecimento adquirido do entrevistado em sua experiência no projeto jovem vereador.
- Identificar os pontos de êxitos e falhas no projeto.
- Levantar opiniões acerca da questão da conscientização política e exercício da cidadania.
- Possibilitar a partilha de experiências nas ações desenvolvidas pelo projeto.

Eixo 1. Mapeamento Geral Do Envolvimento Dos Jovens com o universo da Política e suas experiências.

- 1- No cotidiano como você busca informações sobre questões relacionadas à política?**

- 2- Quais são as principais fontes que você utiliza para obter informações sobre política?**
 - () Televisão
 - () Rádio
 - () Internet
 - () jornais ou revistas

- 3- Com que frequência você acessa conteúdos relacionados à política?**
 - () Diariamente
 - () Semanalmente

- () Mensalmente
- () Não procuro acessar conteúdos relacionados à política.

Eixo 2: envolvimento com projetos voltados para a política e cidadania.

4- A escola oferece ou possibilita a participação de projetos voltados para a educação política? Se sim, qual (is) projeto(s)?

5- Você participa de outros projetos relacionados à conscientização política ou sobre cidadania na sua cidade ou nas comunidades?

6- Nas conversas com amigos e familiares você gosta de tratar sobre questões políticas?

Eixo 3: a importância do conhecimento teórico e prático adquirido com a participação no projeto.

7- O aprendizado adquirido durante as aulas de filosofia voltadas para a temática da política e sua participação no projeto vereador lhe ajudou a mudar sua visão sobre a política? Se sim, de que forma?

8- O que mais lhe despertou atenção ou foi mais interessante em sua participação do projeto jovem vereador?

9- A participação no projeto jovem vereador incluindo as reuniões na câmara municipal de São João Da Lagoa de algum ajudou a mudar a visão que você tinha da política e do papel do legislativo na cidade?

Eixo 4: refletindo sobre o projeto e suas ações.

10-O aprendizado adquirido durante a participação do projeto em todas as etapas será útil para o aprimoramento dos seus direitos políticos, por exemplo, conhecer melhor os candidatos antes de votar?

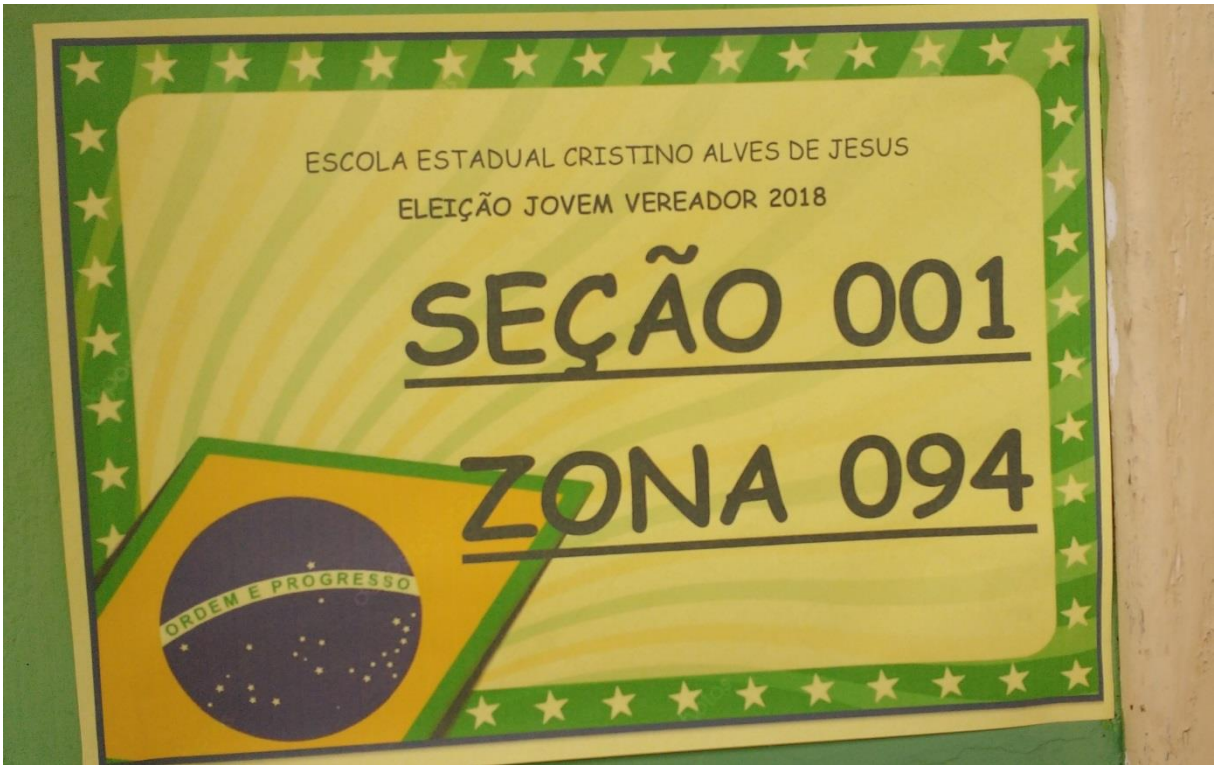
11- Você considera que seria importante que na escola tivesse uma disciplina voltada para a educação política?

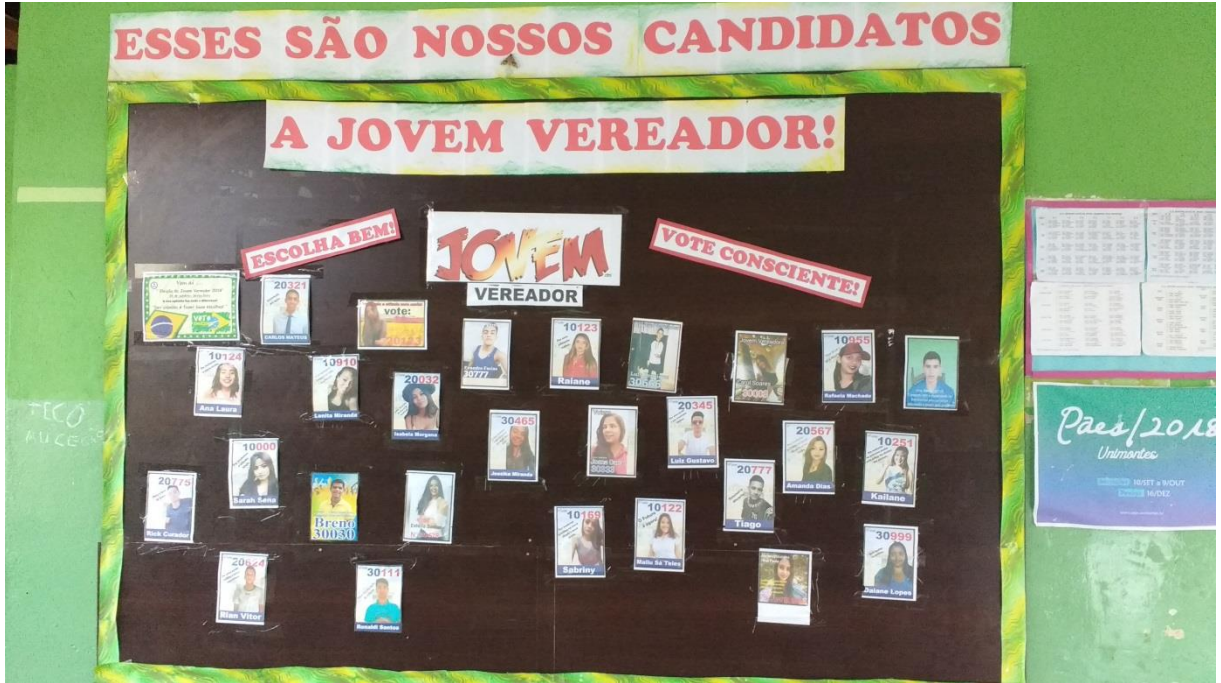
12- Qual a ação desenvolvida no projeto jovem vereador você considera que foi mais importante?

- () A solicitação da implantação da praça de lazer na escola
- () Reinvidicação nas melhorias estruturais da escola
- () solicitação do bicicletário
- ()Aprovação do projeto na câmara municipal que proíbe o gestor do município de pintar os prédios públicos de acordo com a cor de seu partido.

13-Depois da experiência de participar do projeto jovem vereador, você considera que somos responsáveis pelas nossas realidades (escola, cidade, comunidade) e que podemos mudá-la pelo voto?

ANEXOS







PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA
CNPJ: 01.612.494/0001-28 Fone/Fax: (38) 32288133

LEI Nº 421/2018

Cria no âmbito do Município de São João da Lagoa, o Projeto Jovem Vereador e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São João da Lagoa, através de seus Vereadores aprovou, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica Municipal, aprova:

Art. 1º - Criar o Projeto "Jovem Vereador" com os objetivos a seguir:

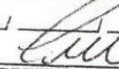
- I – Levar até a escola informações sobre o funcionamento da Câmara Municipal;
- II – Despertar nos alunos o interesse pela política;
- III – Proporcionar aos alunos conhecimento em relação aos Poderes Públicos Municipais: Executivo, Legislativo e Judiciário;
- IV – Proporcionar aos alunos o conhecimento dos seus direitos e deveres;
- V – Instruir os jovens a participar da elaboração das leis, elevando a qualidade da política de São João da Lagoa;
- VI – Promover atividades extracurriculares para os alunos, aprimorando seus conhecimentos;
- VII – Promover a aproximação dos cidadãos ao Poder Público;
- VIII – Promover a representatividade popular, fazendo com que nossas leis tenham a cara do eleitor;
- IX – Integrar os alunos da rede pública de ensino do município de São João da Lagoa à política;
- X – Promover discussões e debates sobre os problemas do município de São João da Lagoa.

Art. 2º - O "Projeto Jovem Vereador" terá como competência, apresentar proposições que visem o aprimoramento dos serviços públicos de São João da Lagoa.

Art. 3º - O "Projeto Jovem Vereador" será composto por 09 (nove) alunos e seus respectivos suplentes, devidamente matriculados do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual Cristino Alves de Jesus.

Art. 4º - Poderá participar do Projeto "Jovem Vereador":

SANCIONAD

EM _____


 PREFEITO

Av. Coração de Jesus, 1005, Centro – CEP: 39.355-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA
CNPJ: 01.612.494/0001-28 Fone/Fax: (38) 32288133



I – Alunos que estejam matriculados regularmente na Escola Estadual Cristino Alves de Jesus.

Art. 5º - Para participar do Projeto “Jovem Vereador” o aluno deverá:

I – Procurar a Direção da escola e preencher o formulário de inscrição, acompanhado de justificativa com os objetivos que o levou a se candidatar.

II – Assinar o termo de participação com os critérios a serem respeitados.

III – Apresentar termo de concordância assinado pelos pais e a Direção da escola.

Art. 6º - Os alunos que se candidatarem poderão visitar a Câmara Municipal, na primeira semana de Junho, antes da eleição, com agendamento feito pela escola, junto ao gabinete da Presidência, obedecendo à disponibilidade da casa.

Art. 7º - O processo de escolha dos “Jovens Vereadores” será mediante o voto direto e secreto, podendo participar como eleitores, os alunos matriculados do 6º ao 3º ano da Escola Estadual Cristino Alves de Jesus.

I – A eleição deverá ocorrer entre Maio e Junho, previamente acordada entre os professores, coordenadores e direção.

II – O período permitido para campanha eleitoral será de 07 (sete) dias antes da eleição, observadas as normas de funcionamento da escola e horários determinados para tal.

III – A escola deverá informar a Câmara Municipal, através de ofício, os alunos eleitos.

Art. 8º - Será criada uma Comissão Representativa de no mínimo 05 (cinco) professores para acompanhar o processo de eleição.

Art. 9º - Serão considerados eleitos, os alunos mais votados da escola.

Art. 10 - Os Jovens Vereadores eleitos deverão assistir uma a duas reuniões antes da posse, para instrução dos procedimentos. A presença nesta reunião deverá ser comunicada ao Poder Legislativo Municipal que fará registrar na ata das reuniões ordinárias da Câmara Municipal.

I – Os alunos eleitos participarão da Diplomação e Posse na Escola Estadual Cristino Alves de Jesus.

Art. 11 - Os professores, coordenadores e a direção ficarão encarregados de:

I – Preparar a posse e legislatura dos Jovens Vereadores.

II – Fornecer as normas e modelos de proposições, para que os Jovens Vereadores possam instruir suas propostas.

III – Monitorar os encaminhamentos decorrentes das reuniões.

Art. 12 - O Projeto Jovem Vereador definirá em sua primeira reunião a composição da Mesa diretora, para conduzir os trabalhos.

Av. Coração de Jesus, 1005, Centro – CEP: 39.355-000


Carlos Alberto Mota Dias
PREFEITO MUNICIPAL
 São João da Lagoa - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA
CNPJ: 01.612.494/0001-28 Fone/Fax: (38) 32288133



Art. 13 - As propostas apresentadas pelos Jovens Vereadores serão objeto de análise pelo Legislativo Municipal, para posterior deliberação e encaminhamento, se as mesmas preencherem os requisitos de constitucionalidade e viabilidade.

Art. 14 - O mandato do "Jovem Vereador" terá o período compreendido entre 1º de Agosto a 22 de Dezembro, com 04 (quatro) reuniões ordinárias:

I - As sessões do "Jovem Vereador" serão realizadas mensalmente.

II - O aluno que se ausentar em 02 (duas) sessões consecutivas, sem justificativa, ou que sofrer alguma punição disciplinar na escola, será substituído pelo suplente.

III - Na última reunião ordinária do ano haverá outorga de certificados aos Jovens Vereadores, encerrando o mandato.

IV - Os alunos do "Projeto Jovem Vereador" não serão remunerados.

V - Os Jovens Vereadores terão direito ao fornecimento de material de expediente e de outros recursos necessários a realização do trabalho de vereador mirim e lanche quando necessário, fornecidos pela Escola Estadual Cristino Alves de Jesus.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São João da Lagoa-MG, 06 de Novembro de 2018.

CARLOS ALBERTO MOTA DIAS

Prefeito Municipal